

----- MANDATO 2017-2021 -----
----- ATA DA 2ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA -----
----- DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, -----
----- REALIZADA EM 2017-12-12 NO PALÁCIO -----
----- DOS MARQUESES DA PRAIA E DE -----
----- MONFORTE, NA MEALHADA, EM LOURES.--

--- O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião eram catorze horas e quarenta e cinco minutos, com a presença inicial do Senhor Vice-Presidente, das Senhoras Vereadoras e dos Senhores Vereadores: -----

---- ANTÓNIO MANUEL POMBINHO COSTA GUILHERME-----
---- ANTÓNIO MANUEL LOPES MARCELINO -----
---- ANDRÉ CLARO AMARAL VENTURA -----
---- IVONE DE FÁTIMA DA CUNHA GONÇALVES -----
---- MARIA EUGÉNIA CAVALHEIRO COELHO -----
---- MARIA RITA COLAÇO LEÃO -----
---- NUNO MIGUEL RIBEIRO VASCONCELOS BOTELHO -----
---- NUNO RICARDO CONCEIÇÃO DIAS -----
---- SÓNIA ALEXANDRA DA SILVA PAIXÃO DOS SANTOS BERNARDO LOPES -----

----- RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA (MOD. T2) -----

--- Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2), de dois mil e dezassete, dezembro, sete, que registava um total de disponibilidades para o dia seguinte no montante de dezassete milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e quatro euro e vinte e dois cêntimo. -----

--- Da Ordem do Dia previamente distribuída constavam os assuntos seguintes: -----

PONTO 1. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 591/2017- SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A
----- PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
----- REFERENTE AO ORÇAMENTO PARA 2018 E OPÇÕES DO
----- PLANO 2018-2021, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES -----

PONTO 2. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 592/2017- SUBSCRITA
----- PELA SRª. VEREADORA MARIA EUGÉNIA COELHO, PARA
----- APROVAR A PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA
----- MUNICIPAL RELATIVA AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018, DA
----- CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES-----

PONTO 3. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 593/2017- SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR OS
----- TARIFÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA,
----- SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, E DE GESTÃO DE
----- RESÍDUOS URBANOS E SERVIÇOS PRESTADOS, A VIGORAR
----- EM 2018, DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE
----- ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E
----- ODIVELAS (SIMAR)-----

PONTO 4. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 594/2017- SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A
----- PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
----- REFERENTE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018,
----- DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E
----- RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS
----- (SIMAR)-----

PONTO 5. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 595/2017- SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A
----- PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
----- RELATIVA AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018, DOS
----- SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS
----- DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR) -----

PONTO 6. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 582/2017- SUBSCRITA
----- PELO SR. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR OS
----- TRABALHOS A MAIS REFERENTES À EMPREITADA DE
----- "CONSTRUÇÃO DO MURO DE SUPORTE DE TERRAS NA

----- ESTRADA DA TESOUREIRA, EM530-1, BUCELAS" - PROCº
----- 1581-A/DOM-----

A) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO UM - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 591/2017- SUBSCRITA
PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A PROPOSTA A
APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL REFERENTE AO ORÇAMENTO
PARA 2018 E OPÇÕES DO PLANO 2018-2021, DA CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURES -----

"Considerando que:-----

- A. Os municípios têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos
respetivos órgãos;-----*
- B. A autonomia financeira dos municípios assenta, designadamente, no poder
dos seus órgãos elaborarem e aprovarem as opções do plano e os
orçamentos municipais;-----*
- C. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias
locais, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da
Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta do orçamento; -----*
- D. Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara
Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento. -----*

Tenho a honra de propor:-----

*Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea c) do n.º 1
do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea
a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, submeter a aprovação da Assembleia
Municipal de Loures a proposta de Orçamento para 2018 e as Opções do
Plano 2018-2021, (...)."*-----

**--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes
intervenções: -----**

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, trata-se de um Orçamento que consubstancia a continuação de uma gestão orçamental rigorosa, com a manutenção da dívida a fornecedores bastante reduzida, e uma aplicação cada vez mais próxima da realidade do Orçamento. Ou seja, uma grande proximidade entre o orçamentado e o executado, na maioria das rubricas. -----

Este documento, em relação ao Orçamento anterior, prevê uma diminuição de receita, e de despesa, naturalmente, de quatro milhões de euros, que se encontra consubstanciada nos documentos. -----

Trata-se de um Orçamento em que está previsto um reforço de cerca de dez por cento das transferências para as Juntas de Freguesia, que será concretizado, de forma mais circunstanciada, nas negociações que decorrerão com as Freguesias, para a assinatura dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos, bem como a revisão dos que atualmente existem. -----

Este Orçamento procura lançar as prioridades, não só para o ano de dois mil e dezoito, mas, também, para todo o mandato, com grande enfoque no desenvolvimento económico, com a manutenção de uma grande aposta na Agência de Investimento Loures Investe, e no Centro Empresarial Loures Inova. -----

Continuaremos a apoiar a fixação e renovação do tecido empresarial do nosso concelho, bem como a criação de emprego, que fomenta a fixação de novas empresas, e que vai dar passos decisivos na requalificação dos mercados municipais. -----

Neste Orçamento há uma grande aposta na área da inclusão e da coesão social, que se inicia já em dois mil e dezoito, em relação à regeneração dos bairros municipais, em parte com financiamento comunitário. Este processo decorrerá durante todo o mandato, com forte incidência nos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove. -----

Para além disto, procuraremos aprofundar o trabalho de recuperação de dívidas à Câmara, em particular no campo da habitação municipal, sobretudo se puder ser feito em paralelo com o investimento do edificado, garantindo, assim, que à melhoria das condições habitacionais corresponde uma maior cobrança de rendas devidas à Câmara. -----

Quanto a outras áreas destaco, também, o aprofundamento do trabalho já iniciado no mandato anterior, em relação à área da deficiência, principalmente dos jovens com deficiência. No final do mandato anterior abriu o primeiro Centro de Atividades Ocupacionais, e há projetos para que isso volte a repetir-se com mais três projetos, que se encontram já devidamente estruturados e apresentados. Por outro lado, vamos continuar a intervir para a eliminação das barreiras arquitetónicas, com tudo o que isso implica, num espaço público mais amigável das pessoas com deficiência e outras pessoas com mobilidade reduzida. -----

Também se prevê a concretização do processo de construção do Centro de Saúde de Santa Iria de Azóia, de forma a reivindicar a necessidade de parcerias semelhantes, para os Centro de Saúde de Santo Antão do Tojal e do Catujal. -----

Por outro lado, este Plano de Atividades e Orçamento continua a afirmar o concelho nas áreas da educação, da cultura e do desporto. Quer com o investimento em vários estabelecimentos escolares, com grandes reformulações e ampliações para além de outras obras de menor expressão financeira, quer com o processo em curso para a construção do pavilhão desportivo da Escola João Villaret. O reforço social escolar em várias vertentes como a inclusão social, e um conjunto de outros projetos que continuarão a ser desenvolvidos para diversas faixas etárias, com particular incidência na escola pública. -----

Também se afirma o concelho nas áreas da cultura, desporto e juventude, com um projeto essencial em termos infraestruturais, como é a consolidação estrutural do Palácio Valflores, já prevista em Orçamento, e com financiamento comunitário. -----

A continuação do apoio ao Movimento Associativo, em particular na formação desportiva e cultural, e o desenvolvimento dos planos de intervenção municipal nas várias áreas definidas como prioritárias, que tão bons frutos têm vindo a dar. -----

Continuaremos a apostar no assinalar de datas de referência na história nacional e local, como elementos marcantes para a identidade do Município, das suas populações, e de afirmação do nosso concelho, da sua história e da sua dinâmica económica e social, e valorizar os jovens criadores e produtores culturais, ligados às diversas formas de expressão artísticas.-----

Estamos empenhados, também, na área do ambiente e em outras áreas conexas, intervindo para resolver e melhorar situações existentes. Uma delas é o importantíssimo projeto do controlo de cheias da ribeira do Prior Velho, o chamado Caneiro de Sacavém, cujo concurso está a avançar rapidamente. Prevê-se que esta obra se possa iniciar no primeiro trimestre do próximo ano, bem como um conjunto de intervenções nos parques urbanos e zonas verdes, continuando assim o trabalho já feito, e ampliando zonas que hoje já estão consolidadas. -----

Um outro projeto é a ligação ao rio Tejo na frente ribeirinha, que teve início no final do mandato passado, e que terá de avançar nos próximos anos, com passos seguros de construção e de concretização. -----

Finalmente, não descuremos os projetos de eficiência energética que são essenciais no tempo que corre, e com a conjuntura que estamos a viver. -----

Por outro lado, a revitalização urbana continuará a ser uma prioridade do nosso Município, quer com o avanço das segundas fases nos três núcleos já intervencionados, quer com o avanço do trabalho em Sacavém, procurando incentivar a reabilitação dos particulares, como tem vindo a acontecer em vários pontos do concelho. -----

O mesmo impulso será dado para as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, procurando avançar, quer nas áreas de intervenção de iniciativa municipal, quer naquelas em que trabalhamos mais intensamente, em conjunto com as Comissões de Administração Conjunta, de forma a cimentar e aproveitar a relação de confiança que foi estabelecida nos últimos anos, entre a Câmara Municipal, as pessoas e os seus representantes. -----

Uma atenção especial para o bem estar animal, como aspeto essencial das sociedades modernas e, também, do nosso Município, em que teremos de dar particular atenção às áreas de recolha e esterilização de animais errantes, em que já estamos a trabalhar. -----

Em matéria de rede viária e mobilidade há algumas obras importantíssimas cujos processos estão a avançar, como a rotunda de Á-Das-Lebres, a variante a Loures, o troço dois da rua da República desde o Pavilhão Paz e Amizade até ao local onde nos encontramos, bem como a questão dos transportes públicos, como aspeto essencial para o concelho nos próximos anos, com a exigência, em particular, do prolongamento do Metropolitano e da extensão do serviço da Carris. -----

No apoio às Associações de Bombeiros continuaremos, também, o trabalho único e ímpar que o concelho tem, em relação aos Bombeiros Voluntários. Ainda na última reunião tivemos oportunidade de aprovar o Regulamento de Apoio e Incentivo ao Voluntariado e, para o próximo ano, propõe-se um aumento global das verbas para os bombeiros em mais setenta e cinco mil euros. Continuamos, assim, um caminho que nos aproxima já de um milhão e novecentos mil euros de transferências para os bombeiros, o que faz do concelho de Loures aquele que, a nível nacional, mais apoia os seus Bombeiros Voluntários. -----

O reforço da Polícia Municipal está, também, consubstanciado nestes documentos, quer no Mapa de Pessoal, quer no Orçamento, e é intenção proceder a esse reforço nos próximos anos, bem como ao nível da segurança pública, na continuação da melhoria dos aspetos da iluminação, que são essenciais para a segurança, e no desenvolvimento do Contrato Local de Segurança. -----

Finalmente, continuaremos a modernizar os serviços municipais, com particular atenção para a manutenção e conservação de edifícios, para a melhoria das condições de trabalho e de atendimento à população que a eles se dirige. -----

O estímulo à participação continuará a ser uma prioridade, bem como a valorização do papel dos trabalhadores, mantendo um Orçamento gerido com grande rigor e transparência, como nos anos anteriores, na sustentabilidade financeira do Município, procurando acomodar com isso a baixa das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, que aprovámos em reunião anterior, e que se pretende que continuem nos próximos anos. -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: Senhor Presidente, antes de iniciar, em nome do Partido Socialista, a abordagem ao Orçamento de dois mil e dezoito e Opções do Plano, gostaria de solicitar uma informação e um esclarecimento prévio relacionado com o seguinte: no âmbito das negociações que o Partido Socialista levou a cabo com o senhor Presidente e com a gestão atual do Município, foi para nós ponto de honra defender o aumento de dez por cento nas transferências para as Juntas de Freguesia, correspondente aos atuais acordos de execução, de cada uma das Juntas de Freguesia. Esse valor seria incrementado já a partir de janeiro, de uma de duas formas: ou as Juntas de Freguesia davam nota dos valores que estariam incorretos, do ponto de

vista das competências que lhe estão, neste momento, subdelegadas, ou caberia a cada uma das Juntas de Freguesia, com a disponibilidade que cada uma terá neste domínio de negociação, apresentar à sua escolha uma obra para a execução de um contrato interadministrativo, e seria uma verba a alocar em investimento. Portanto, não é verba para alocação em despesa corrente, mas sim para investimento. Creio que dos documentos distribuídos esta nossa solicitação não resulta de forma clara, bem como não resultou da apresentação que o senhor Presidente acabou de fazer. Assim, antes de mais, gostaria que o senhor Presidente esclarecesse para que pudéssemos dar continuidade à abordagem sobre o atual documento. -----

Por exemplo, uma determinada Junta de Freguesia com contrato de execução na ordem de um milhão de euros, dez por cento desse valor corresponde a cem mil euros e, ou a Freguesia apresentava desde já o justificativo em como os valores transferidos não correspondem à realidade atual, e existem vários casos em que poderão fazê-lo desta forma, mas não sendo esta a via de solução indicariam, desde logo, uma obra a ser objeto de um contrato interadministrativo para ser executada o mais brevemente possível. Portanto, esta indicação seria da responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

É este o objetivo que o Partido Socialista apresentou, e pelo qual se debaterá no âmbito da aprovação deste Orçamento e Opções do Plano. -----

Senhor Presidente, interrompo a minha intervenção, solicitando-lhe a complementaridade desta resposta para, depois, se me permitir, dar seguimento às restantes intervenções que pretendo fazer. -----

O VEREADOR, SENHOR ANDRÉ VENTURA: Senhor Presidente, quero agradecer ter sido a senhora Vereadora Sónia Paixão a primeira interveniente, porque ficámos a compreender o que esteve na base do tal acordo, que levou a que o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, de um ano para o outro, não fosse de menos zero ponto cinco, em alguns meses, e o Imposto Municipal sobre Imóveis já não fosse aquele valor. Pelo menos ficou tudo claro. Agora pedimos que não se “chateiem” na aprovação do Orçamento porque, senão, dão um mau exemplo de um acordo que acabaram de assegurar. -----
Senhor Presidente, ouvi-o com muita atenção em relação ao documento agora apresentado, o Orçamento para o próximo ano, e o Partido Social Democrata gostava de deixar algumas notas, muito específicas, sobre o documento. -----

Não vamos discutir a transferência para as Freguesias, nem falar sobre o “*não*” acordo que tivemos. Vamos sim, focar-nos naquilo que interessa às pessoas, que é o Orçamento e as Opções do Plano. Assim, não posso deixar de lhe referir, com toda a frontalidade, o seguinte: o senhor Presidente pode apresentar este Orçamento e falar sobre muita coisa, de obras, de revitalizações, mas penso que fazia um favor ao Município se não falasse de transparência. Eu não o faria, porque o Município desceu quinze pontos no “*ranking*” de transparência municipal. Não foi um, nem dois, nem três. Foram quinze pontos. Aliás, a senhora Vereadora Sónia Paixão referiu este assunto várias vezes, penso que até num debate que tivemos o fez, não vai agora esquecer-se disso, por causa dos tais dez por cento que estão em causa na transferência para as Freguesias. Mas, já não digo nada. Eu é que não falaria de transparência, quando o Município está, pouco a pouco, a perder a sua base de transparência na gestão de contratos municipais. Eu não o faria. Os dados são públicos, e o Município de Loures, neste momento, encontra-se com menos quinze lugares no “*ranking*”, no número cento e noventa. Não me obrigue a dizer-lhe em que lugar estamos relativamente aos Municípios maiores, porque estamos muito mal, como o senhor Presidente, aliás, bem sabe. -----

Senhor Presidente, notei, com muito agrado, que a Câmara Municipal se preocupou, subitamente, com as tais cobranças da habitação social, e com as tais dívidas. Parece que só depois da campanha eleitoral é que se começaram a preocupar com isso. De facto, fui ver o que é que tinha sido feito para que essa situação melhorasse, e há uma inarrável incapacidade em perceber os resultados eleitorais de um de outubro, para que nada seja feito neste Orçamento, para melhorar o que se passa na habitação social e nas dívidas à Câmara Municipal. -----

Logo no preâmbulo, na página dois, diz-se “(*...*) *Reforçar o trabalho de recuperação de dívidas à Câmara, no particular campo da habitação municipal.(...)*”. Ficamos contentes, porque a Coligação Democrática Unitária reconhece um problema que nós, há meses, há anos, temos vindo a apontar. No entanto, nenhuma solução se apresenta neste Orçamento para que isso possa ser levado a cabo, o que nos deixa, efetivamente, muito tristes. Este é um ponto que mostra que não nos vendemos por meia parcela, duas parcelas,

ou dez parcelas, porque temos princípios de que não abdicamos, e o Orçamento não os reconhece nesta matéria. -----

Quero referir, também, especificamente, o caso da segurança. Mais uma vez, a Coligação Democrática Unitária traz-nos este número no Orçamento, que é mencionar que vai reforçar esta área, e faz uma espécie de cosmética com a Polícia Municipal. Aliás, ao arrepio da Moção que foi apresentada pelo Partido Socialista, em reunião de Câmara. Aparentemente ela não é cumprida neste Orçamento, mas, se calhar, está bem assim para o Partido Socialista, porque penso que não é cumprida na dimensão que foi proposta. -----

Depois, mais uma vez, refere-se o desenvolvimento de forma integrada do Contrato Local de Segurança, e nem uma palavra sobre a proposta do Partido Social Democrata, incessantemente, de protocolos para apoiar nas viaturas da Polícia de Segurança Pública. Na última reunião, o senhor Vice-Presidente referiu que não apresentámos propostas onde é que fazíamos os cortes para este efeito, mas, também referiu a transferência de mais novecentos mil euros para a Geslours. -----

Quando analisamos este Orçamento, há dinheiro para tudo e um “*par de botas*”. Há verbas para iniciativas ambientais, para festas da aldeia e da vila, mas não há dinheiro para um miserável protocolo com a Polícia de Segurança Pública, em matéria de viaturas. É vergonhoso o que se passa em Loures em matéria de segurança. -----

Senhor Presidente, há vários aspetos neste Orçamento que nos deixam, de facto, algo chocados. Ou seja, para além da tal gestão criteriosa, transparente e rigorosa dos recursos municipais de que fala, página cento e quarenta do Orçamento, e chamo a atenção para esse “*ranking*”, a Coligação Democrática Unitária apresenta as grandes condicionantes do documento, nomeadamente, a possibilidade do aumento de dívidas à Autarquia, em particular, em determinadas áreas da competência, rendas de serviço de apoio à família. -----

Senhor Presidente, vamos deixar de brincar com as pessoas porque, na verdade, a Câmara Municipal de Loures é incapaz de fazer cobrança a valores que são, escandalosamente em dívida, de há anos a esta parte. A Câmara de Loures é incapaz de fazer cobrança a certos grupos que me vou abster de mencionar, para evitar que lá fora, daqui a pouco, estejam os mesmos jornalistas de sempre, para as mesmas questões de sempre. É incapaz de o fazer e de o controlar. Mais valia dizer que não querem fazer fiscalização, e

querem que andem à vontade, porque não se importam que haja pessoas que pagam tudo e, a um quilómetro, há outros que nada pagam, e que vivem bem com isso. Os eleitores decidirão quem acham que tem razão. Mas, não vale a pena apresentar esta charada de que este é um dos grandes problemas do Orçamento. Não é um dos grandes problemas do Orçamento, é um problema em que a Coligação Democrática Unitária tem levado a Câmara, permanentemente, a insistir. Aliás, é o próprio Orçamento que refere a possibilidade de aumento de dívidas à Autarquia, em particular, em determinadas áreas de competência, rendas ou serviços. -----

Quando analisei este documento, fez-me lembrar os anos de “ouro” do Partido Socialista nesta Autarquia, com o aumento do endividamento bancário e da dívida bancária, que foi o seu ponto de honra. Aliás, recordo-lhe que era chamado o “*Gaspar de Loures*”, mas talvez não seja a alcunha que aprecie particularmente. Neste mesmo Orçamento, na página cento e cinquenta, diz-se: “(...) *prevê-se que o endividamento bancário se situe na ordem dos vinte e oito vírgula seis milhões, sendo que no final do exercício o mesmo deverá ser de trinta e dois vírgula sete milhões, prevendo-se nesse período o recurso ao crédito de sete vírgula cinco milhões (...)*”. Refere-se, ainda: “(...) *o valor do endividamento bancário não impõe medidas adicionais de sustentabilidade financeira (...)*”. Senhor Presidente, todos nos lembramos que em dois mil e treze a dívida bancária era de quanto? Oitenta e cinco milhões de euros? Noventa milhões de euros? Era uma dívida bancária que superava em muito aquilo que devem ser os valores razoáveis de vinte e cinco por cento do Orçamento. Mesmo que fossem sessenta, ou setenta milhões de euros, estávamos perante uma dívida bancária enorme e, na altura, a Coligação Democrática Unitária referiu “*É uma vergonha a dívida bancária que temos no Município de Loures. Um Município justo apenas pode ser um Município equilibrado financeiramente, e a dívida bancária é o seu principal sinal de exequibilidade*”. -----

Hoje, ao analisar este Orçamento, fez-nos lembrar o Orçamento do Partido Socialista em alguns pontos. Mas, na verdade, não é o Orçamento do Partido Socialista, porque esse era irresponsável, mas acabava por trazer alguma coisa de novo, basta ver o investimento na Parque Escolar. Este é o pior Orçamento desde mil novecentos e noventa e sete, porque para além de ser irresponsável, acaba por dar com uma mão e tirar com a outra. Ou seja, é um

exercício de cosmética e de circo a que estamos a assistir, em que uns estão a aplaudir e outros a criticar, e aquilo que mais custa é ver que aqueles que aplaudem não o fazem pelo Orçamento. Aplaudem por uma “*negociata*” qualquer que, aparentemente, agora começamos a perceber qual é. -----

Este Orçamento conduz a um caminho novamente gravíssimo, de aumento do endividamento bancário e da dívida bancária, que Loures nunca mais devia seguir. Hoje, volvidos quatro anos, estamos a seguir, novamente, o caminho do aumento da dívida bancária que não deve ser, em caso algum, o caminho deste Município, combinada com o facto das receitas próprias estarem a diminuir, na estrutura de financiamento da despesa da Autarquia. Aliás, é a própria Câmara Municipal que o reconhece, porque na página cento e cinquenta e cinco refere-se: “(*...*) *Em relação ao ano transato as receitas próprias diminuem, em termos de valor e percentual na estrutura de financiamento das despesas da Autarquia para 2018. Este facto deve-se, em grande medida, à diminuição da rubrica Venda de Bens e Serviços (...)*”. Mas isto é razoável. O que não é razoável é estarmos a fazer cessar uma trajetória, que tinha sido começada, e da qual este Município se orgulhava, do ponto de vista do caminho orçamental. Como o senhor Presidente se deve lembrar, eu próprio o elogiei num debate que tivemos na televisão, em matéria de diferenciação. -----

Senhor Presidente e senhor Vice-Presidente, uma vez que levantou a questão na última reunião de Câmara, esta bancada nota com muita preocupação que sejam atribuídos um vírgula nove milhões de euros para regeneração física e social de urbanizações sociais. Mas, já em matéria de fiscalização, não se vê esse dinheiro ser aplicado. É mais uma vez do mesmo. Nós somos “*estúpidos*”, tratamos e resolvemos tudo, damos tudo aquilo de que precisam, caixas de correio, pinturas nas portas, etc., e o contribuinte paga tudo com o beneplácito da Câmara e da Coligação Democrática Unitária e, aparentemente, com o beneplácito do Partido Socialista. Um vírgula nove milhões de euros, quando em campanha eleitoral visitámos algumas destas zonas sociais, e ninguém percebe onde é que está o dinheiro investido, o que aconteceu às estruturas, nem o que foi feito naquelas zonas. -----

Para a cultura são dois vírgula cinco milhões de euros, mas não há cem mil euros para um projeto de videovigilância no centro de Loures, onde, relativamente à criminalidade, me abstenho de dizer o que se tem passado nos

últimos meses. Aliás, em muitos dos estabelecimentos que o senhor Presidente frequenta, e que eu próprio também frequento. -----

O típico da Coligação Democrática Unitária, “*Atividades cívicas e religiosas*”, uma rubrica bonita, eu também gosto dela, mas são quatrocentos e noventa mil euros. Mas não, não podemos descer o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares aos contribuintes. Portanto, são atividades para entreter a “*malta*”, festas daqui e dali, atividades com a estrelinha em cima, porque é disso que gostamos. Aqui está senhor Vice-Presidente, acabe com algumas delas e atribua a isenção de Derrama que o Partido Social Democrata solicitou, e que custava cerca de trezentos mil euros no próximo ano. Aqui está o que se pode fazer, para dar às empresas um sinal de investimento e de bem estar no concelho de Loures. Este é mais um exemplo daquilo que pretendíamos para o concelho. -----

Como uma primeira análise, que reconheço que já vai longa sobre este documento orçamental, quero deixar nota da nossa preocupação, em relação às transferências para a empresa municipal Geslours, apresentadas na reunião passada. Este ano de oitocentos mil euros, e no próximo ano mais de novecentos mil. Queremos deixar bem claro que a Geslours é uma empresa fundamental e importante no património municipal, e os seus funcionários certamente um ativo de mais valia para este Município. Mas, é a gestão desorganizada, desorientada e sem orientação estratégica, que leva a que, e mais uma vez nos faz lembrar os piores tempos nacionais de uma governação Socialista, se resolvam os problemas derramando dinheiro para cima das empresas municipais. Não é assim que se resolvem os problemas deste concelho. Os problemas do concelho resolvem-se com orientação estratégica, e é isso que não se vê, neste momento, em termos de orientação máxima da Geslours, e que este Orçamento deveria fazer. -----

Quanto à juventude senhor Presidente, eu ouvi-o durante a campanha eleitoral falar da juventude, discutimos o “*Wi-Fi*” gratuito, os projetos de apoio às “*Startup*”, etc., etc., em apoios a modelos de juventude. No entanto, este Orçamento, para a juventude, representa entre zero a zero vírgula cinco. É vergonhoso para um partido como aquele que o senhor representa e que diz, permanentemente, que apoia a juventude, que este é o seu principal ativo, e que quer mais jovens no concelho de Loures. -----

Quando fechamos este documento, e olhamos para trás para perceber, efetivamente, aquilo que são as grandes orientações para o concelho de Loures, para dois mil e dezoito, esta bancada tem vergonha daquilo que se quer fazer nos próximos anos. E quando nos envergonha só temos uma palavra que é dizer não, porque este Orçamento não é aquele de que os munícipes precisam. Mas pior, não é aquele que os senhores defenderam na campanha eleitoral, e é isso que vos julgará dentro em breve. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador André Ventura, devo dizer-lhe que o que é particularmente triste para mim, neste processo, é que o Partido Social Democrata se remeteu a uma total inutilidade na vida do concelho. Preferiu poder usar tiradas um pouco bombásticas, como o senhor Vereador gosta de usar e, na realidade, não teve nenhum contributo válido para a resolução de problemas do concelho. -----

É uma opção legítima, naturalmente. Mas, uma força política com a responsabilidade do Partido Social Democrata, estava obrigado a um pouco mais, com a história que tem neste concelho. Tivemos várias reuniões na preparação deste Orçamento, não vos pedimos para bater palmas, e discutimos seriamente um conjunto de assuntos. Os senhores tiveram uma opção que é vossa, que é legítima, e não a ponho em causa, mas a minha conclusão também é legítima, e tenho direito a ela, é que o Partido Social Democrata entendeu remeter-se à inutilidade na gestão deste concelho, e na construção de boas soluções. É uma opção que terão que justificar perante os vossos votantes e apoiantes, que não me cabe a mim avaliar a sua validade, mas que não deixo de registar como má para a vida política e institucional do concelho de Loures. -----

Quanto às questões da transparência, esse “*ranking*” a que o senhor se refere não tem qualquer credibilidade. Tanto não tem, que um dos aspetos que os levou a diminuir a classificação do concelho, foi a ausência de disponibilização no “*site da Internet*” dos contratos, e eles estavam lá. Enviámos um “*email*” para a entidade que organiza esse “*ranking*”, dando nota e demonstrando que sempre lá estiveram, e a resposta foi que agora já não podiam alterar o que já tinham publicado. Portanto, a credibilidade, para além de outros critérios de avaliação que não têm nada a ver com a realidade municipal, é esta. É talvez uma situação que lhe dava jeito agora no seu discurso, mas a realidade é que

está publicado, mas erradamente publicado. Publicaram ignorando que estava na nossa “*página*”, porque não foram verificar, um “*quadradinho*” que diz “*contratação pública*”. Portanto, reconheceram que falharam, mas já não podiam alterar porque já estava publicado, e não querem descredibilizar o seu próprio índice. -----

Devo dizer-lhe que outros Presidentes de Câmara apresentaram reclamações semelhantes sobre este, ou outros aspetos da avaliação, e tiveram a mesma resposta. Portanto, credibilidade a esse indicador não dou. Se o senhor Vereador dá, está no seu direito. -----

Quanto às questões da habitação social senhor Vereador, sim, continuamos a apostar no reforço do trabalho nesta área. Já antes das eleições esta situação era mencionada nos documentos, e era uma prioridade apontada. Aliás, foi discutida na Câmara e na Assembleia Municipal, por diversíssimas vezes. O senhor Vereador não estava cá, mas podia ter perguntado e talvez lhe dissessem que não foi com a sua chegada que se começou a discutir a habitação social, porque o senhor não é propriamente o “*Messias*” da habitação social. Não é. Portanto, não se atribua créditos que não tem. -----

Quanto à questão dos riscos, naturalmente, o relatório faz uma avaliação dos riscos para a execução financeira, e tem que colocar todas as possibilidades que estão relacionadas com questões de conjuntura externa, e com questões de gestão interna. Isso é que é um relatório sério, objetivo e transparente. Se assim não fosse, se o Relatório não fosse transparente, o senhor Vereador não tinha oportunidade de lançar essa afirmação. Mas, evidentemente, tem de elencar todos os riscos previsíveis da gestão, como é obrigação em qualquer relatório técnico, nesta matéria. -----

Em relação à habitação social estamos a promover o reforço de quadros, em particular de quadros jurídicos, para conseguir dar uma resposta mais eficaz, e de outros trabalhadores para apoiar esta área. -----

Estamos a definir uma estratégia mais apurada de definição de metas para a recuperação de dívida e para o aumento da taxa de cobrança, que é de sessenta por cento, e corresponde a sessenta por cento do total das cobranças. Não é boa, mas não é aquela que o senhor Vereador disse na campanha eleitoral, que refere em todo o lado, e que vai continuar a dizer, certamente. Não tenho dúvida disso. -----

Ainda, em relação às questões da habitação social, estamos a procurar encontrar novas fórmulas de tratamento das dívidas para conseguir uma maior eficácia de cobrança, sobretudo das mais antigas. E sim, vamos fazer um investimento de regeneração dos bairros municipais, que se encontram há muitos anos com menos investimento do que deviam ter, e que se vai traduzir na melhoria das condições de habitabilidade. -----

Sabe senhor Vereador, são coberturas que deixam entrar a chuva, são áreas comuns que estão degradadas, são portas que não existem, são esgotos que não foram corretamente feitos quando os prédios foram construídos e que têm problemas sérios de saneamento. E vamos fazer este investimento, também, com o recurso ao financiamento comunitário em cinquenta por cento, de uma parte dos projetos. Esta situação será um instrumento importantíssimo para conseguir uma maior eficácia na cobrança, porque a nossa legitimidade vai aumentar, e corresponderá a uma maior exigência na cobrança das receitas. Tenho muita pena que o senhor Vereador entenda que a recuperação de prédios onde vivem pessoas, não são galinheiros, são prédios onde vivem pessoas que têm também direitos, apesar do senhor não lhes reconhecer, e têm o direito a ter as mínimas condições de habitabilidade. Tem deveres, mas também têm direitos, e a maioria dessas pessoas paga a sua renda. Quanto aos que não pagam, esta intervenção irá permitir uma maior eficácia na cobrança dessas receitas. -----

Quanto à questão da Polícia Municipal, não há nenhuma operação de cosmética. O senhor Vereador gostaria que assim fosse, mas se consultar o Mapa de Pessoal pode verificar que consta nesse documento o aumento dos lugares, de acordo com o que foi proposto pelo Partido Socialista. Não foi necessária nenhuma intervenção do Partido Social Democrata que se remeteu, como já referi, à inutilidade. Mas, de facto, estão no Mapa de Pessoal trinta e oito lugares, que correspondem à duplicação dos lugares que estavam previstos anteriormente. O senhor Vereador devia ter analisado melhor, porque, pelos vistos, não viu essa situação. -----

Quanto às viaturas da Polícia de Segurança Pública, de facto, não estamos de acordo em substituir o Ministério da Administração Interna, no tratamento dessas viaturas. Penso que vale a pena é exigir ao Ministério da Administração Interna que cumpra aquilo a que está obrigado, e que há muito tempo anda a prever. -----

Já agora, senhor Vereador, gostava que nos explicasse quais são as festas e iniciativas ambientais, que pensa que não se deviam realizar. Diga quais são. Dou-lhe um conselho. Não se refira de forma pejorativa, neste concelho, às festas da aldeia. As festas das aldeias são momentos muito importantes da convivialidade das comunidades, e se o senhor ignora isso não conhece nada do nosso concelho. Não use esse termo “*festas da aldeia*”, como cidadão que não conhece a realidade, pelo menos a rural, do nosso concelho. -----

Senhor Vereador, quanto à dívida bancária, não se preocupe. Para já, baralhou os números todos, mas eu vou explicar-lhe os números corretos. Em dois mil e treze, a dívida total era de cerca de cinquenta e oito milhões de euros. Desta dívida, cerca de vinte e seis milhões de euros era dívida a fornecedores, seis milhões de euros um empréstimo a curto prazo que pagámos há dois anos, porque já não precisamos dele e era um empréstimo de tesouraria, e o restante era dívida bancária. -----

A dívida bancária foi reduzida ao longo destes anos, e passou de trinta e dois milhões de euros para vinte e seis milhões de euros, no final de dois mil e dezasseis. Foi esta a diminuição da dívida bancária. Entretanto, houve a contração de um empréstimo para investimento com obras muito importantes, que entrou na dívida bancária e que vai entrar no ano de dois mil e dezoito, e será amortizado gradualmente. -----

O senhor Vereador, nas suas contas, meteu também uma situação que referimos aquando das conversações sobre o Orçamento, assim como dissemos ao Partido Socialista, que é um número relativo a um novo empréstimo que tencionamos apresentar à Câmara, para fazer face à contrapartida municipal dos investimentos comunitários. São cerca de sete milhões e meio de euros que cabem perfeitamente na nossa margem de endividamento, e não contribuirá para um aumento do serviço da dívida significativo no nosso concelho. -----

Agora, há uma coisa que o senhor tem de perceber. Os Municípios têm pouca margem nas receitas correntes do ano, para fazer investimentos importantes. Por isso, uma parte dos investimentos têm de ser feitos com endividamento bancário. Isso é uma boa decisão de gestão, nos casos em que haja margem de endividamento, em que o serviço da dívida seja comportável, como é, dentro do Orçamento anual da Câmara Municipal, e que os investimentos sejam úteis para o progresso do Município. Nenhum Município conseguirá fazer

face, sobretudo a maiores investimentos, só com base nas receitas anuais do Orçamento. Isso não existe senhor Vereador André Ventura. -----

Se o senhor quer fazer uma análise séria à questão da dívida bancária, o que tem de concluir é que: está absolutamente controlada, muito distante do limite do endividamento, e com um peso reduzido no Orçamento anual. Aliás, uma parte dos empréstimos são muito antigos, são de construção de habitação na década de noventa, de investimentos nos anos dois mil, etc., e isso é uma boa ação de gestão.-----

Também gostava de perceber o que é que tem contra o apoio a atividades cívicas e religiosas, porque aí se inclui, por exemplo, o apoio a intervenções e ações de várias confissões religiosas como da igreja católica, da comunidade hindu e da comunidade muçulmana, que nos parecem muito importantes para a coesão social e para a inserção comunitária destas comunidades, que têm um trabalho muito relevante no nosso concelho, e que queremos preservar. ----

Senhor Vereador, o Orçamento que o senhor referiu que era para a área da juventude, é só da unidade orgânica Juventude, porque tudo o que está relacionado com o apoio ao empreendedorismo, como o senhor gosta de dizer, não se encontra aí, está nas Atividades Económicas. Tal como todo o apoio a jovens criadores culturais está na Cultura, todo o apoio a atividades desportivas está no Desporto, e todo o apoio social e educativo nas escolas está na Educação. Portanto, essa sua leitura é uma leitura transviada da realidade e do próprio Orçamento. -----

Quanto à Geslours, o senhor Vice-Presidente poderá referir mais alguma coisa com toda a propriedade e conhecimento maior do que o meu, mas dizer que se trata de uma empresa sem orientação estratégica e sem organização, que foi a expressão que utilizou é, de facto, dar o pior exemplo. Esta empresa estava à beira de fechar em dois mil e treze, foi recuperada com diminuição de transferência de verbas da Câmara, e um aumento de doze por cento nos últimos anos do número de utentes, em plena crise. O que estamos agora a levar a cabo é a acomodar as exigências, do ponto de vista da eliminação dos contratos precários, do descongelamento de outro tipo de verbas, e do aumento do salário mínimo, que têm reflexo, porque a Lei nos obriga a isso, e ainda bem. -----

Senhor Vereador, a transferência anual era de cerca de seiscentos mil euros. Portanto, não vamos transferir mais oitocentos mil euros, são mais duzentos mil euros. -----

A empresa Gesloures é uma empresa muito bem gerida, que presta um serviço relevantíssimo, do ponto de vista social, com preços adequados sobretudo nas faixas mais desfavorecidas, e com um trabalho impar a nível nacional na natação e no desporto adaptado. Ainda este fim de semana um dos atletas da Gesloures obteve uma medalha de prata no Campeonato do Mundo de Natação adaptada, e há muitos outros exemplos ao longo dos últimos anos. Isto é que é de valorizar. É um dinheiro muito bem gasto, muito bem empregue, e que resulta em vantagens para o Município e para a população. -----

O senhor Vereador utilizou uma tática discursiva que é muito fácil de utilizar, que é referir: há aqui um milhão de euros, tiram-se cem mil euros para a videovigilância, ou estão aqui dois milhões de euros e tiram-se cem mil euros para os carros da Polícia de Segurança Pública. Mas, é preciso dizer porque é que não quer estas ações, porque é que não quer as iniciativas ambientais, porque é que não quer as festas da aldeia, porque é que não quer as atividades cívicas e religiosas, o apoio à Gesloures, e porque é que não quer que as pessoas que vivem nos bairros municipais tenham o mínimo de condições de dignidade para lá viverem. Porque o senhor acha que elas não têm direito à dignidade. É isso que o senhor acha, quer os que pagam, quer os que não pagam. Ao contrário, nós pensamos que todos têm direito à dignidade. Os que pagam, os que não pagam, e temos que exigir aos que não pagam que cumpram os seus deveres. Esta é que é a grande diferença entre nós. -----

Senhora Vereadora Sónia Paixão, em relação à questão que colocou, referir o seguinte: em primeiro lugar foi distribuído um novo mapa para substituir a referência que se fazia a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, que inclui um adicional de novecentos mil euros de transferências para as Juntas de Freguesia. Esse adicional destina-se a duas vertentes: a revisão de preços de custos das competências atualmente transferidas que, em alguns casos, a acordar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, terão revisões, porque se terá verificado que aqui, ou ali, existem mais custos que os que estavam, inicialmente, previstos. O sobranço é para contratos interadministrativos. -----

A senhora Vereadora está a colocar a questão de que não entende isso como um “bolo” de novecentos mil euros para dez Juntas de Freguesia, mas os novecentos mil euros divididos proporcionalmente pelo Orçamento de cada Junta de Freguesia. Penso que isso dará, mais ou menos, a mesma coisa. Portanto, a questão pode ser repartida assim. As revisões dos preços refletir-se-ão em cada competência, de acordo com a situação de cada Freguesia, porque umas têm mais bermas e valetas, outras mais tapa buracos. A situação é diferente consoante o território, e os contratos interadministrativos têm de ser no âmbito das competências do Município. Uma situação que ficou clara desde o início é que não há transferência de verbas, até porque isso legalmente não é possível, sem competências. Portanto, serão matérias com incidência em cada Freguesia, com o seu acordo. Ou seja, não são decididas pelo Município e aplicadas pela Freguesia, dentro daquilo que são competências que a Câmara tem de exercer. Com esta possibilidade vamos poder transferir o dinheiro para as Juntas de Freguesia, para estas poderem fazer essas obras, que têm incidência na respetiva Freguesia. Foi isto que conversámos, e que está bastante plasmado com esta alteração, no nosso Orçamento. -----
Penso que não há problema em fazermos a repartição de acordo com a proporção que atualmente existe, porque não será diferente se o fizéssemos de uma forma geral. Onde houver maior crescimento nas verbas das transferências já existentes haverá menos contrato interadministrativo, e vice-versa, naquelas em que for ao contrário. ----- ~
Naturalmente, tudo isto será depois plasmado, em concreto, nos novos protocolos, porque não pode deixar de ser assim. Os novos protocolos começarão a ser negociados nas próximas semanas, e serão concluídos no início do próximo ano, com esta previsão de, pelo menos, novecentos mil euros a mais serão alocados às Juntas de Freguesia. Isto significa que havendo transferência de novas competências, que não estejam previstas nos atuais acordos, essa verba não sairá destes novecentos mil euros. Terão de ser verbas adicionais, correspondentes ao valor dessas novas competências a transferir para as Freguesias, se se chegar a esse acordo, porque há muitas opiniões das Juntas de Freguesia nesse sentido. -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: Senhor Presidente, na minha primeira intervenção dei um exemplo concreto, e gostava que ficasse, hoje,

bem claro para todos os que se encontram aqui, e para aqueles onde se irá refletir a decisão que vamos tomar, se efetivamente estes dez por cento, no caso de não corresponder a uma correção dos valores dos acordos de execução existentes, se podem ser objeto de contratos interadministrativos, à escolha das Juntas de Freguesia. Queremos vincar esta questão. -----

Quando me estou a referir às Juntas de Freguesia, já percebi que estas são de somenos importância para a bancada do Partido Social Democrata, talvez pelo facto de só terem uma. Se calhar há alguma questão interna, e o senhor Vereador não quer dar protagonismo ao senhor Presidente de Junta, mas não vou entrar por aí. Mas, a bancada do Partido Socialista tem muito orgulho no trabalho feito pelas ex-dezoito Freguesias do Concelho de Loures, infelizmente atuais dez, processo perante o qual nos manifestamos contra, desde a primeira hora, como é do conhecimento de todos. No entanto, a nossa valorização é equitativa para as dez Freguesias, independentemente de serem geridas pelo Partido Socialista, pela Coligação Democrática Unitária, ou pelo Partido Social Democrata. Para nós, as Juntas de Freguesia são o primeiro garante da qualidade de vida das pessoas, são aquelas que estão no primeiro contato com cada um dos nossos munícipes e, por isso, a nossa preocupação acrescida para que tenham mais meios e maior capacidade de intervenção. Este foi sempre o nosso ponto de honra. -----

Senhor Vereador, não houve nenhuma “*negociata*” como gosta de referir, porque quem esteve com “*negociatas*” foram os senhores. Nós não, fomos muito claros, traçámos um objetivo e fomos coerentes com aquilo que apresentámos, a bem da nossa comunidade e de todos aqueles que votaram em nós para salvaguardar os seus interesses. -----

O senhor Vereador revela, ainda, a ausência de algum conhecimento do território ao qual se candidatou. -----

Sabe senhor Vereador, estive cá com muito orgulho, inclusive integro os quadros desta Câmara Municipal. Portanto, tenho muito orgulho em fazer parte do Quadro de Pessoal desta Câmara, e estou transitoriamente noutra. -----

Mas, se conhecesse bem a realidade, quer do nosso concelho, quer da administração pública no geral, e a importância das Autarquias Locais, também defendia este princípio do Partido Socialista, de mais meios e condições de trabalho para as Juntas de Freguesia. Independentemente do Partido a que o senhor pertence só gerir uma. Para nós esta é uma questão primordial. -----

Senhor Vereador, independentemente de não se preocupar com essa sua Freguesia, nós estamos, e vou dizer-lhe o quanto estamos preocupados com a Freguesia de Lousa. -----

Senhor Presidente, sem prejuízo de me dar posterior a devida resposta, gostava de, em nome da bancada do Partido Socialista, começar por fazer uma análise ao preâmbulo do documento, sobre o qual teve oportunidade de nos fazer uma visita guiada. Assim, a bancada do Partido Socialista entende que o documento que nos foi apresentado, de facto, revela muito pouca inovação. Revela, inclusive, uma despreocupação numa área que consideramos de vital importância, no atual contexto demográfico do concelho, que diz respeito à adoção de medidas, por exemplo, para a fixação de jovens. Hoje já tivemos uma abordagem quanto a esta faixa etária, a questão da juventude, tendo o senhor Presidente apresentado as justificações que entendeu por bem, e as quais subscrevo, ao senhor Vereador André Ventura, nesta área da população. No entanto, creio que o Orçamento e as Opções do Plano não refletem nenhuma medida de preocupação de fixação de jovens ao concelho. Para nós, essas medidas deviam estar revertidas no documento, ou com a adoção de um programa de arrendamento acessível, ou com a retoma de um programa que, felizmente, o Partido Socialista iniciou em dois mil e onze, que foi interrompido e ainda não foi retomado, que é o programa de habitação para jovens. Portanto, gostávamos que estas duas preocupações estivessem neste documento, em matéria de juventude, e é com lamento que registamos a não inclusão de nenhuma medida em matéria habitacional. -----

Gostaríamos, também, de registar, mais uma vez, a não opção pela implementação de um Orçamento Participativo. Esta é uma estratégia de participação que o Partido Socialista defendeu no seu programa eleitoral, há variadíssimas experiências pelo País e, também, em termos de Governo, como boas experiências que levam a um ato de cidadania de participação, neste caso, dos nossos munícipes. Assim, não vimos nenhuma fatia do Orçamento alocada a que esta opção possa aparecer, por parte dos munícipes. -----

Senhor Presidente, também não vimos nenhuma reflexão para medidas de adoção nas denominadas "*Cidades Inteligentes*". Não há qualquer preocupação expressa refletida, quer ao longo do Orçamento, quer nas Opções do Plano, que revelem esta preocupação. -----

Como última nota relativamente ao preâmbulo, também numa outra área em que tivemos oportunidade, no mandato passado, de criticar algumas das medidas tomadas que muito prejudicaram o comércio local, nomeadamente as revitalizações urbanas, é com lamento que não vimos a integração de nenhuma medida expressa para potenciar o comércio local. É referido “*en passant*”, no preâmbulo, mas sendo este o documento norteador da atividade política e técnica da Câmara Municipal de Loures, deveria ter refletido uma estratégia, e de como é que se pretende alcançar essa estratégia. Não conseguimos vislumbrar como é que se pretende alcançar essa estratégia, analisando estas páginas. -----

Senhor Presidente, depois do preâmbulo, quero deixar três notas no que respeita às receitas, em nome da bancada do Partido Socialista: o aumento de cinco ponto cinco milhões de euros nos impostos diretos, que deve ser frisada porque não tem paralelo, e se impõe registar. A segunda nota, é a diminuição nas receitas de capital. Ou seja, o peso das receitas de capital no Orçamento de dois mil e dezassete eram de nove vírgula seis, e em dois mil e dezoito tem o peso de sete vírgula um por cento. Em terceiro, é com preocupação que, em matéria de receitas, registamos o decréscimo de receitas de rendas de habitação social e de edifícios, sensivelmente em um milhão de euros. -----

Depois destas três notas, em matéria de receita, quero deixar, igualmente, três notas em matéria de despesa: a primeira nota é de congratulação para o Orçamento de dois mil e dezoito, da Câmara Municipal, que prevê o incremento substancial na despesa com pessoal. Permita-me senhor Presidente, senhoras e senhores Vereadores, dizer que este incremento só é possível graças ao Governo do Partido Socialista, e aos Partidos que sustentam o Governo na Assembleia da República, que previu o descongelamento das carreiras e a possibilidade de novas admissões, limitações que o Partido Social Democrata tinha imposto ao nosso País e à Administração Pública, a todos os trabalhadores. Portanto, é com grande regozijo que o Partido Socialista vê este aumento na despesa. -----

Vimos com satisfação, conforme já tive oportunidade de referir na minha primeira intervenção, o aumento das transferências para as Juntas de Freguesia. Reforço, e reforçaremos sempre, ao longo deste mandato, que é para nós ponto de honra e a primeira linha de atuação da nossa intervenção. --

Como terceiro ponto, em termos de despesa, já hoje foi aqui referido, mas a bancada do Partido Socialista não pode deixar de fazer uma reflexão sobre o aumento de despesa nas transferências para a Geslours. Oitocentos mil euros em dois mil e dezoito, e novecentos e trinta mil euros nos anos seguintes. Quando sabemos que, inclusivamente falámos sobre esta questão na reunião de Câmara anterior, houve uma receita adicional fruto do maior número de utentes, e uma diminuição da dívida. -----

Neste momento existem infraestruturas, a tal obra do Partido Socialista criticada por muitos, mas o que é certo é que estão à disposição de todos, e são uma bandeira que temos com muito orgulho. Portanto, não percebemos em que é que se vai refletir este aumento das transferências para a Geslours. O senhor Presidente referiu-se a uma questão e gostávamos de, objetivamente, perceber em que é que este incremento de cerca de mais duzentos mil euros para o ano de dois mil e dezoito, e mais de trezentos mil euros nos anos seguintes. -----

Ainda, no âmbito da Geslours, o senhor Presidente já hoje o referiu, e ouvimos o senhor Vice-Presidente variadíssimas vezes dizê-lo, ano após ano, sentir-se satisfeito pela diminuição dos valores que estávamos a conseguir transferir para a Geslours no mandato anterior. Ora, agora, temos este crescimento, porquê? -----

Relativamente às grandes Opções do Plano, numa primeira intervenção gostava de lhe deixar cinco notas: -----

Primeiro, registamos que muitas obras estão projetadas para dois mil e vinte, com a grande possibilidade de serem executadas antes. Assim, não conseguimos perceber porque é que não se conseguem antecipar. Uma das obras é a remodelação do Pavilhão Paz e Amizade, cujo projeto está previsto para dois mil e dezoito, mas a obra só está prevista para dois mil e vinte. Porquê este hiato? Bem como a requalificação da Praça da República que, do nosso ponto de vista, deve ser uma obra devidamente concertada com a outra intervenção que teremos oportunidade de levar a cabo com financiamento comunitário. -----

Referir que, numa outra área que nos é particularmente querida, para o ano dois mil e dezoito apenas está previsto para a requalificação do parque escolar um ponto cinco milhões de euros. Ou seja, a soma das intervenções para o ano de dois mil e dezoito é de um ponto cinco milhões de euros, o que, do nosso

ponto de vista, fica muito aquém das nossas possibilidades, e devíamos ter outro olhar, relativamente à distribuição que fazemos das diferentes intervenções. -----

A terceira nota é, para a bancada do Partido Socialista, o associativismo, que tem um papel fundamental nas dinâmicas locais. Para nós, o movimento associativo é muitas vezes o garante da promoção da atividade física e cultural, das crianças, dos jovens, da população adulta e dos mais velhos. Por isso, considerarmos no Orçamento a manutenção para afetação ao Regulamento Municipal os mesmo duzentos mil euros, que se mantêm desde há uns anos a esta parte, consideramos que este valor devia ser revisto. Tanto mais que muitas das infraestruturas desportivas e culturais que estão sob a gestão destas entidades têm décadas, e carecem de obras de manutenção e conservação, às quais a comparticipação do Município não deverá ser alheio, e devemos dar sinais claros de preocupação com estes melhoramentos. -----

A quarta nota, mais uma vez não deixaremos de o fazer, é de satisfação para a integração neste Orçamento municipal de muitas obras que são objeto de candidaturas já aprovadas a fundos comunitários. Lembro que há dois anos e meio atrás, não era possível as Autarquias Locais candidatar-se a fundos comunitários para a execução de importantes projetos, como aqueles que constam neste documento. Foi graças ao Partido Socialista e aos partidos que garantem a governação, que os fundos comunitários são hoje uma possibilidade para as Autarquias Locais, e o Município de Loures, e bem, candidatou-se para obras que consideramos de vital importância para o desenvolvimento do concelho. -----

Senhor Presidente, eu esperava que esta nota pudesse ser dada por algum dos senhores, porque é com grande lamento que não vimos duas Freguesias com uma única obra para melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, refletidas no Orçamento. O senhor Vereador André Ventura sabe quais são as Freguesias? Não. São umas “aldeolas”, por acaso são dois territórios rurais importantíssimos no nosso concelho. São as Freguesias de Lousa e a de Fanhões. Portanto, registamos que não existe nenhuma intervenção, quer em Lousa, quer em Fanhões. Antevendo a resposta que o senhor Presidente me poderá dar, que é a obra de reabilitação do Parque Municipal de Cabeço de Montachique, respondo-lhe que essa infraestrutura, do nosso ponto de vista, é uma obra de reabilitação num espaço estruturante para o concelho. Ou seja,

serve muito para além dos fregueses de Lousa e de Fanhões, e nas Opções do Plano nada consta diretamente para eles. -----

Apresentámos sugestões que não foram integradas neste documento, facto que lamentamos. Mas, efetivamente, mais uma vez, hoje não poderíamos deixar de dar esta nota. -----

Senhor Presidente, penso que ficou claro, da intervenção do Partido Socialista, que este não é o nosso Orçamento. O Partido Socialista não foi o Partido mais votado, e estas não são as nossas opções. Do nosso ponto de vista, há a ausência de uma nova estratégia para quem inicia um novo ciclo político, que efetivamente devia estar bem espelhada no documento que nos foi apresentado e que, sublinho, não o está nas mais diferentes áreas. Aliás, a palavra que mais se denota, quer no preâmbulo, quer no relatório, é a continuidade. Portanto, não se iniciam ciclos com continuidade. Iniciam-se ciclos com a definição de uma nova estratégia, que não está patente no documento que nos foi apresentado. -----

Faço, ainda, uma chamada de atenção para o documento e para a página treze de duzentas e noventa e um, porque nas Receitas de Capital continua a estar o valor incorreto de oito milhões, cento e sessenta e três novecentos e quatro, quando devia constar oito milhões, cento e trinta e três ponto trezentos e vinte e seis. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora, vou procurar responder ao fundamental das suas questões, embora suspeite que o senhor Vice-Presidente, e algum dos senhores Vereadores, quererão fazer alguma coisa sobre algumas destas matérias. -----

A senhora Vereadora diz uma coisa que é verdade, e que apresentou como sendo uma crítica, mas que nós entendemos como sendo um ponto positivo, que é não haver uma enormíssima inovação na nossa estratégia. De facto, não. Assumimos que estamos num momento de continuidade do projeto que estamos a desenvolver, que hoje é possível consolidar uma série de projetos, porque lançámos bases nos últimos quatro anos, e alguns são a continuação de anos anteriores. Portanto, não fomos à procura de uma estratégia completamente nova. Pelo contrário, queremos continuar com esta estratégia. Ela tem sido coerente, e pensamos que é assim que deve continuar a ser,

independentemente dos acertos que, em cada momento, devem ser feitos avaliando a realidade e o que for sendo concretizado. -----

Senhora Vereadora, quanto à questão da fixação de jovens, de facto, não há nenhuma referência, e a nota que apresenta é rigorosa. Estamos a trabalhar nesta matéria procurando soluções, para termos mais instrumentos neste campo. Tivemos uma reunião muito proveitosa que terá desenvolvimentos já esta semana com a senhora Secretária de Estado da Habitação, e vamos procurar trabalhar em conjunto, neste sentido. Quero referir que tivemos uma grande disponibilidade e um grande conhecimento destas áreas, que serão muito úteis para o relacionamento com os Municípios, da parte da senhora Secretária de Estado da Habitação. No mandato anterior já não encontrámos este programa de habitação para jovens que existiu no passado, e já se encontrava suspenso no final dos mandatos do Partido Socialista. Esta é uma matéria que teremos de equacionar para o futuro, nas suas várias vertentes, que é importante, e que também acarinhámos. -----

Quanto ao Orçamento Participativo, sempre tivemos um certo ceticismo em relação àquilo a que se costuma chamar "*Orçamento Participativo*", porque é pegar numa pequena parte do Orçamento Municipal e perguntar às pessoas o que querem fazer dessa pequena parte. Quanto ao resto, escutem apenas os eleitos. Nos últimos anos temos tido por habito fazer amplas discussões, em todas as antigas Freguesias, e até algumas temáticas sobre o Orçamento, o que este ano não foi possível, porque o calendário depois das eleições o impediu. De qualquer maneira, acabámos por ter um conjunto largo de participações na disponibilidade que efetuamos nos instrumentos eletrónicos para sugestões para o Orçamento, e elas chegaram. Mas, não é a mesma coisa. -----

No entanto, continuamos a pensar que é muito importante ir discutir o Orçamento, e assim faremos nos próximos anos com as populações, explicando quais são as condicionantes, os principais projetos, e colhendo o fundamental da participação. Em vez de reservar uma pequena parte do Orçamento para ser discutida, e que acaba por ser influenciada, sobretudo, por quem é mais informada, têm mais acesso à informação e mais capacidade de intervir nestas matérias, deturpando um pouco, por vezes, o sentido destas auscultações. Não quero dizer que elas não sejam úteis, não é isso que quero

dizer, ou que, quem as faz as faz com má intenção. Nada disso. Mas não nos parece ser o instrumento mais eficaz. -----

Quanto às “*Cidades Inteligentes*”, estamos muito envolvidos na rede, e o senhor Vereador António Pombinho irá prestar alguma informação sobre isso, bem como com o potenciar do comércio local. Devo chamar a atenção que na última Assembleia Municipal foram aprovadas um conjunto de isenções de taxas importantes para o comércio local nas zonas que foram alvo de revitalização, que já é um fortíssimo incentivo ao comércio local. Senhores Vereadores, basta andarem na rua da República para verificarem isso, fazendo a contabilização daquilo que existia, do que existe agora, e passaram muitos poucos meses, porque estas situações costumam levar um pouco mais de tempo. Se me permitem a expressão, basta passarem de olhos abertos pela rua da República, e verem o que já houve de renovação de estabelecimentos, de melhoria das condições de muitos deles, o que está em curso e, com certeza, não vos será desconhecido. -----

Senhora Vereadora, quanto à questão das receitas o que houve foi um aumento, em matéria de impostos diretos em relação ao Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis e à Derrama. Ou seja, um vírgula nove milhões de Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis, e oitocentos mil euros de Derrama. É esse o aumento. -----

Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis, a nossa previsão é que o ano termine quase rigorosamente alinhado com o que previmos no Orçamento, a diferença é de umas centenas de euros, o que é, de facto, muito importante. Este valor será muito semelhante, quer ao ano de dois mil e dezasseis, quer ao ano de dois mil e quinze. Portanto, não houve uma variação do Imposto Municipal sobre Imóveis, mantendo-se absolutamente estável. -----

Senhora Vereadora, quanto à questão da diminuição das receitas de capital, no Orçamento em curso, de dois mil e dezassete, estava ainda contemplada uma parte de despesas de capital relacionadas com o empréstimo. Agora, para o orçamento de dois mil e dezoito, não estão definidas, ainda, despesas com suporte a empréstimo e, naturalmente há uma diferença, porque não se consegue ter o mesmo de receitas de capital com empréstimo, ou sem empréstimo. Se viermos a concretizar, como esperamos, o tal empréstimo a dois anos, ele terá reflexos já em dois mil e dezoito, e terá incidência nas receitas de capital. Nessa altura, faremos a alteração correspondente. -----

Quanto à questão da diminuição da receita de habitação social, tem razão. Diminuímos um milhão de euros, mas não foi na receita, foi na previsão da receita. Assim, estamos a aproximá-la mais da realidade. Senhora Vereadora, no ano passado, uma das críticas que o Partido Socialista fez foi que não acreditava que a receita inscrita no Orçamento, para dois mil e dezassete, se concretizasse naquele montante. E tinham razão. Por isso, estamos a rever em baixa esta previsão, procurando aproximá-la da realidade. -----

Quanto às questões da despesa, a despesa com pessoal é como a senhora Vereadora referiu, e ainda bem que há a possibilidade de progressões remuneratórias, que acabam os descongelamentos, e que vamos poder concretizar uma série de outras medidas. -----

Valorizamos muitíssimo, também, a questão das Juntas de Freguesia, e sabemos que o nosso Município foi pioneiro nas transferências de competências para as Freguesias, e por isso é importante continuarmos este caminho. -----

Respondendo concretamente à sua questão sobre as Freguesias, penso que não podemos dizer, rigorosamente, que serão obras à escolha das Freguesias. São contratos interadministrativos, e os contratos têm duas partes que têm de estar em acordo. Portanto, nem são à escolha das Freguesias, nem são por imposição da Câmara Municipal, porque não há nenhum contrato interadministrativo que possa ser celebrado contra a vontade das Freguesias. Isso não é possível. Terão de ser obras que as Freguesias queiram, e que a Câmara Municipal também queira fazer. Aliás, só podem ser sob competência das Câmaras, como é qualquer contrato administrativo. Mas penso que não haverá nenhuma dificuldade em encontrar consensos, nesta matéria. Na realidade, existem muitas obras para fazer, e toda a disponibilidade que houver, nesta matéria, será certamente aproveitada pelas Freguesias e pela Câmara Municipal. Não tenho qualquer dúvida sobre isso. Certamente chegaremos a fáceis consensos, e a acordo entre ambas as partes. -----

Quanto à Geslours, o senhor Vice-Presidente, dará mais informação. -----

Senhora Vereadora, quanto a obras, como referi no início da minha primeira intervenção, o que queremos é que o Orçamento seja o mais aproximado da capacidade de execução possível. Todos os Orçamentos Municipais, sobretudo quando há muitos anos as coisas eram menos aproximadas da execução, têm sempre uma parte que não é executada, por razões diversas. Seja porque as

obras não conseguem avançar, ou porque não conseguimos chegar a determinados objetivos. Assim, aquilo que estamos a fazer, e também fizemos nas Opções do Plano, é procurar ter realismo nas opções, o que não quer dizer que consigamos concretizar tudo. Naturalmente, ao longo dos anos vamos fazer a avaliação sobretudo do que está para dois mil e dezanove e, provavelmente, algumas situações de dois mil e vinte poderão ser antecipadas, mas o contrário também pode acontecer. Ou seja, poderão existir situações que pensávamos poder concluir em dois mil e dezanove que o não poderão ser, ou porque não existe projeto, ou porque baixaram na lista das prioridades. Procurámos fazer este exercício de escalonamento por anos, que não satisfaz a todos, mas é um exercício que temos mesmo que fazer. -----

Quanto à requalificação da Praça da República, penso que está previsto lançar-se agora um projeto, para se concretizar mais adiante, porque está relacionada com a obra do Caneiro. Portanto, esta requalificação tem de ser coordenada com a obra do Caneiro. O concurso do Caneiro também implica a apresentação de um plano de trabalhos por parte dos concorrentes, se eles, como suspeitamos, mas não estamos em condições de garantir, começarem pela Praça da República como nos parece previsível, ou pela outra ponta do Caneiro. Para além disto, teremos de fazer um projeto adequado e uma discussão sobre esta matéria, com a Freguesia, com os senhores Vereadores e, provavelmente, num âmbito até mais alargado, para procurar chegar a uma solução harmoniosa para a Praça da República. -----

Senhora Vereadora, quanto ao parque escolar, chamo a atenção que nos projetos que pretendemos incluir no empréstimo que apresentaremos à Câmara estão, também, duas escolas, que engrossarão este valor. De qualquer maneira, dois mil e dezassete foi um ano de grande concretização financeira e física de escolas. Uma parte da escola de Camarate foi paga em dois mil e dezassete, bem como a escola de Santa Iria e, ainda, alguns restos de outras escolas, o que contribui para o avolumar desta questão. -----

Como terá observado, em matéria de escolas, estamos a programar uma série de projetos de amplas remodelações que ainda não estão feitos, para que quando tivermos capacidade financeira avançar com as obras se os projetos existirem. Isto é, para que as obras não se atrasem, por causa da falta de projetos. -----

Quanto ao associativismo, vou deixar esta informação para ser prestada pelo senhor Vice-Presidente. -----

Quanto às Freguesias de Lousa e de Fanhões, referir que há um conjunto de intervenções que vão ser incluídas nos planos de administração direta. Tomámos boa nota daquilo que as Juntas de Freguesia nos enviaram, quer a de Lousa, quer a de Fanhões. Estamos em conversações com ambas, para acertarmos o que iremos fazer em termos de repavimentações, e de outros investimentos por administração direta. Evidentemente esta não é uma resposta que a satisfaça, porque não consigo concretizar as situações, mas quero dar-lhe esta garantia. Não vou dizer que a intervenção do Parque Municipal de Cabeço de Montachique é uma intervenção para estas Freguesias, mas, por exemplo, uma intervenção que não se encontra geograficamente na Freguesia de Fanhões é, neste Orçamento, a intervenção mais importante para Fanhões, que é a repavimentação da Estrada Municipal Quinhentos e Quarenta e Um, entre Pintéus e Fanhões. É claro que a estrada se encontra, quase toda, do lado de Santo Antão do Tojal, mas serve é a população da Freguesia de Fanhões. Há um certo descontentamento porque no mandato anterior só se conseguiu fazer a intervenção até Pintéus, mas agora vamos fazer o resto da intervenção de acesso a Fanhões. Portanto, essa é a obra, de longe, mais importante para Fanhões. É um investimento considerável, encontra-se previsto e, embora não esteja incluída na Freguesia de Fanhões, ela serve é a Freguesia de Fanhões, e não a Freguesia de Santo Antão do Tojal, a não ser as pessoas que vêm do lado de Fanhões para Santo Antão do Tojal. Mas convenhamos que existem muitas mais pessoas a deslocarem-se de Fanhões para Loures, e para outras localidades, através daquela estrada. -----

Senhora Vereadora, neste Executivo estamos muito atentos às aldeias, e vamos continuar a dar uma grande atenção às nossas magnificas aldeias no concelho de Loures. -----

O VEREADOR, SENHOR ANDRÉ VENTURA: Senhor Presidente, quero começar por esclarecer um ponto. Senhora Vereadora, gosto muito de a ouvir falar sobre o Partido Socialista, e quero fazer-lhe uma pergunta muito direta: sabe qual foi o défice com que o Partido Socialista deixou o País no seu último Governo? Sabe, ou não sabe? É que se não souber, eu até compreendo. Não

sabe, pois não? Sabe que foi de onze vírgula dois por cento? Cale-se com o défice, não fale sobre isso. Não é agora que ainda não acabou, porque quando chegarem as eleições falaremos. Portanto, a última vez que o Partido Socialista esteve no Governo o défice foi de onze vírgula dois por cento, dos piores da nossa história democrática. Por isso, não venha para aqui com a conversa que o Partido Socialista é o grande salvador dos trabalhadores. Acha que aqui alguém acredita nisso? Nem vocês acreditam quanto mais os outros. Estamos conversados sobre esta matéria. A verdade é esta: em quarenta anos de democracia, o Partido Socialista levou o País à ruína três vezes. E por três vezes foi o Partido Social Democrata que o veio salvar. Se souber um pouco de história, vai ver que é assim mesmo. Mas, eu percebo que a história desse lado não seja um forte. -----

Eu não tenho nada contra a senhora Vereadora ser deste concelho, ou de outro, tenho é contra Vereadores de um concelho, que trabalham na Câmara Municipal de outros concelhos. Eu disse isto sempre, em todas as campanhas e entrevistas que dei, e não é por mais nada, é apenas porque quando falamos, por exemplo, do Parque das Nações, eu percebi o seu incómodo e o seu silêncio sobre a questão. É uma questão de princípio para nós. Tal com é uma questão de princípio o seguinte: sobre a questão da coerência e dos princípios, tenho aqui uma intervenção produzida há uns meses atrás sobre o Orçamento, para que haja um pouco de memória, e não pareça que a história começou hoje. -----

Senhor Presidente, eu não sou o “*Messias*” de Loures da habitação social, mas tenho memória, porque quem perde a memória perde a sua história, e nós não podemos perder a nossa história. -----

No ano passado o Partido Socialista referiu numa reunião, através do senhor Vereador Ricardo Leão, que conhecerá e que até foi eleito Presidente da Assembleia Municipal pelo seu Partido, e cito: “*É verdade que os Municípios não vêm aumentada a sua faturação neste concelho de impostos, mas também não os vêm diminuídos. Por exemplo, o Imposto Municipal sobre Imóveis tem uma diminuição de pouco mais de dois euros*”, sabe quanto é que tem agora? Faça as contas. E continua: “*Então, com este nível de arrecadação de receita não era possível o Município ir mais longe na diminuição da taxa do Imposto Sobre Imóveis? Claro que era*”, referiu o Vereador Ricardo Leão. E esse “*Claro que era*” ecoa aqui na sala, quase como se fosse uma bandeira. Eu vejo-o em

toda a parte. Mas, o Partido Socialista esqueceu-se, só o era no ano passado, já não é este ano. Esta intervenção continua, sobre a diminuição dos impostos, e até onde se podia ter ido mais longe, mas, aparentemente, este ano, já não se pode ir mais longe. -----

Senhora Vereadora, mas há mais. Como sabem, estive num seminário, e até queria ser sacerdote. Mas, no seminário onde estava, havia uma oração todas as manhãs que era a oração das “*laudes*”, e depois dessa oração, havia sempre uma parte da bancada que dava as mãos em harmonia para se sentir a força e o carinho que transmitiam uns aos outros. E, ainda há pouco, nas intervenções anteriores, ouvi a bela troca de palavras entre o senhor Presidente e a senhora Vereadora Sónia Paixão, que bonito que é, que me fez recordar, de facto, os melhores tempos deste Governo que temos hoje na nossa República. Mas, fico feliz, porque assim é que a história está certa, e estamos do lado certo da história. -----

Senhor Presidente, deixe-me referir diretamente duas, ou três questões: a verdade é que a dívida bancária aumenta. Não venha com malabarismos financeiros que a mim, pelo menos, não me dá a volta. A dívida bancária aumenta. É uma trajetória que desde o final do mandato do Partido Socialista tinha vindo a descer e, agora, está a aumentar a dívida bancária. Esta bancada quer alertá-lo para que, daqui a uns anos, ou meses, não velha dizer que era fundamental, que ninguém o referiu e que todos estivemos de acordo. Não. Não estamos de acordo, e pensamos que a dívida bancária deve ser sustentável. Aliás, ao arrepio daquilo que não tem sido feito, em muitas das gestões que têm ocorrido no concelho de Loures. -----

Senhor Presidente, há pouco falei-lhe das condicionantes deste Orçamento, e referiu-me que, efetivamente, um bom relatório identifica-as sempre. É verdade, só que apenas identifica quatro condicionantes. Portanto, das duas uma, ou as outras não interessam, e o senhor Presidente está convencido que só existem quatro condicionantes neste Orçamento, ou, então, o que houve neste relatório foi a identificação dos principais problemas previsíveis. E não é que logo o primeiro é a possibilidade de aumento da dívida à Câmara, em matéria de rendas e de habitação social? Então isso não é importante? Isso não é um sinal? Já esquecemos o que aconteceu nesta campanha eleitoral no dia um de outubro? -----

Sabe senhor Presidente, eu acho que as pessoas têm dignidade, mas também acho que têm dignidade aqueles que pagam tudo. São os que todos os dias se levantam para trabalhar, para nos pagar a nós e a si, aí nesse lugar. Depois, andamos a fazer obras que são destruídas ao fim de um mês, e lá estamos nós para pagar novamente, os “*estúpidos do costume*”, a disponibilizar dinheiro, porque as coisas são mesmo assim. É contra isso que eu me insurjo. Não é a dignidade das pessoas, é a dignidade daqueles que trabalham todos os dias para pagar esse tipo de despesa. É isto que esta população não consente, e que o senhor Presidente ouviu bem na rua, porque algumas dessas vezes os jornalistas andaram consigo, e todos assistimos ao que as pessoas lhe disseram, sobre esta matéria. Mas o senhor Presidente prefere ignorar isso. Preferem dizer que ganharam com menos votação percentual, mas ganharam. O Partido Socialista está mais ou menos encostado, e vamos esquecer esta questão. Mas nós não vamos esquecer esta questão. Vamos continuar aqui, um mês, dois meses, três anos, dez anos, até que as pessoas oiçam aquilo que é a verdade, sobre esta matéria, porque há um sentimento de enorme impunidade em matéria de habitação social. E é isso que os senhores não querem ver. Assim, quando o Orçamento nos diz que um dos grandes condicionantes é este, está tudo dito. -----

Talvez por isso, senhora Vereadora, é que não há Orçamento Participativo, porque o senhor Presidente não quer ouvir aquilo que as pessoas, efetivamente, querem dizer. Porque se as pessoas pudessem falar, talvez tivéssemos um Orçamento muito diferente daquele que temos. -----

Já agora senhor Presidente, vou lançar um desafio a esta Câmara Municipal, que tanto falou de segurança e se diz tão preocupada, que compare as verbas da segurança atribuídas em Municípios como Bragança e Vila Real de Santo António, e fica esta questão: será que os problemas de criminalidade que temos em Loures se podem comparar com os que existem em Bragança? Ou em Vila Real de Santo António? Eu penso que não. Nem o mais otimista de nós poderia dizer isso. Mas compare as verbas e os protocolos que se fazem com as polícias, e o trabalho de campo que se faz, efetivamente, com a segurança, e não só aquele discurso mole de dizer “*estamos a fazer o melhor possível e vamos ao Governo bater a mão*”. Afinal, o tal melhor Governo de sempre, o tal que voltou a dar dignidade aos trabalhadores, não nos dá

dignidade em matéria de segurança? Em matéria de policiamento? Temos de pedir, de ir ao beija mão? -----

O senhor Presidente desafiou-nos, a esta bancada, a dizer onde é que cortamos verbas para atribuir à segurança, dando a entender às pessoas que nos estão a ouvir, que não há excessos, não há dinheiro mal gasto e que este documento é de um rigor extraordinário. Senhor Presidente, até lhe fica mal, porque, ao contrário de outros, temos o trabalho de casa muito bem feito. -----

Eu até compreendo que diga que os eventos são importantes, para nós também são. Por exemplo, o Dia do Trabalhador para nós é importante, e o Vinte e Cinco de Abril também. Mas, se eu levasse esta tabela lá para fora, para as pessoas que se encontram no café, e lhes mostrasse quanto é que gastamos no evento "*Loures Arte Pública*", as pessoas diriam: "O que é isso "*Loures Arte Pública*"? É uma coisa que inventaram em Loures para se fazerem umas pinturas, mas sabem quanto é que se gasta? Alguém aqui sabe? Gastamos, por exemplo, oitenta e cinco mil euros, que vergonha. Diga isso a quem não tem trabalho e está sentado aqui ao lado à espera de ter uma mão da Câmara, em matéria de descida de impostos, de apoio aos livros escolares, ou de apoio à saúde. Não se riam, porque isto é o que as pessoas pensam. Não é aqui dentro, é lá fora, e é lá para fora que temos de falar. -----

Sabe quanto é que gastamos no "*Dia Mundial do Turismo*"? Não é no turismo de Loures, é no "*Dia Mundial do Turismo*". Não sabem. Claro que não sabem. Por que é que deviam saber? Nem eu sabia. Mas agora sabemos, vinte mil euros. -----

Sabem quanto é que gastamos no evento "*Loures Capital do Clarinete*"? Sabem quanto gastamos no "*Há noite na Biblioteca*"? Quanto gastamos na "*Academia do Clarinete*"? Sabem quanto gastamos no aniversário do concelho? Sabem? Quanto é? Não sabem. Gastam-se quase trezentos mil euros. É a maior vergonha a que se pode assistir num concelho. E quando eu pensava que a vergonha já tinha acabado, tenho à minha frente um outro projeto para aumentar as despesas, nesta matéria, quando estamos sem dinheiro para tanta coisa lá fora. Quando não há dinheiro para a polícia, para descer os impostos, ou para fazer obras fundamentais, eis que se apresenta mais um projeto. Qual é? Imaginem, "*Loures livre de rumores*". E é um projeto, segundo a Câmara, para lutar contra os equívocos, os preconceitos, os rumores e estereótipos, que se enraizaram terrivelmente neste concelho. -----

Senhor Presidente, estamos a brincar com as pessoas lá fora, mas as pessoas não gostam que brinquem com elas. Portanto, cedo, ou tarde, as despesas que aqui são feitas serão dadas a conhecer à população que vive e vota em Loures, para poder decidir, aí sim, se isto é despesa que faça sentido, num concelho onde não há verbas para as polícias, ou para um miserável protocolo com a Polícia de Segurança Pública em matéria de carros, ou para permitir aos polícias almoçar nos refeitórios municipais. Como não têm dinheiro para fazer obras tão fundamentais como esta bancada tem identificado, mas têm para outras, como aquela obra de Sacavém, onde toda a população está contra, mas, aparentemente, o senhor Presidente quer avançar. -----
Este é o pior Orçamento desde mil novecentos e noventa e sete e, por isso, o nosso voto é só um. Sabemos que o voto de outros deve ter sido arranjado à última hora, mas o nosso não é. -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, eu diria, para começar esta intervenção, que estamos numa reunião de grandes revelações. Uma primeira grande revelação que tivemos oportunidade de ouvir aqui, é que o atual Vereador André Ventura fez, em determinada fase da sua vida, a preparação para ser sacerdote, felizmente Deus não permitiu, porque isso, de alguma forma, o ia envergonhar. Ou seja, ter feito essa formação, esse tirocínio, e depois chegar aqui com esse discurso, onde falta tanto de solidariedade para com os outros, e tanta compreensão da sociedade na qual vivemos, seria uma enorme contradição para alguém que teria no sacerdócio uma vocação, ou, pelo menos, uma atividade profissional. -----
Uma outra grande revelação, foi o facto de termos ouvido, de novo, nesta Câmara Municipal, e já tenho uns anos de passagem por Executivos Municipais, um discurso que, na década de noventa, era recorrente por parte de algumas bancadas representadas na Câmara e na Assembleia Municipal. Era um discurso que, sempre que se falava em desporto, em cultura, em atividades sociais, imediatamente fazia lembrar aquele célebre aforismo de um alto responsável do Governo Alemão, na altura do Partido Nacional Socialista, que dizia que sempre que se ouvia falar de cultura, puxava da pistola. Aquilo que acontece aqui hoje, é que já por várias ocasiões, no decurso desta reunião, fiquei de novo com essa sensação de que estava a ter um “*remake*” de umas reuniões em que participei na década de noventa, e em que sempre que

se falava em aspetos associados à cultura, ao desporto, à intervenção junto da juventude e ao investimento na área social, imediatamente saltava à conversa de que *“isto nada é necessário. O que é mesmo necessário é fazer estradas, edifícios, colocar betão e alcatrão, o resto não interessa porque não está relacionado com a esfera de intervenção de uma Câmara Municipal, isso é com outros”*. -----

Eu creio que não tem sido esta a prática neste Município, nem o foi no passado. Aquilo que iremos continuar a fazer é a procurar que este concelho tenha um desenvolvimento harmonioso, em que tanto se aposta nas infraestruturas como nas pessoas, e se considera o apoio à atividade humana e ao que de mais importante ela tem, do ponto de vista da integração e da participação social, cívica e política, que deve continuar a ser acarinhado por um poder público, neste caso, a Câmara Municipal. O Plano de Atividades e Orçamento que hoje se apresenta vai muito neste sentido. Ou seja, vai no sentido de continuar a encontrar um justo equilíbrio entre a intervenção, do ponto de vista das condições do edificado, nas suas várias tipologias, e da aposta no apoio às atividades humanas, sobretudo àqueles que promovem a verdadeira integração no espaço territorial no concelho de Loures. -----

Creio, aliás, que esta questão do discurso, em relação à forma como encaramos esta área da cultura e do desporto, na área do Município, pelo menos na bancada do Partido Social Democrata, se altera bastante em função da posição do emissor do discurso. Não ouvimos esta discussão há um ano atrás, a propósito de iniciativas como o Festival do Caracol Saloio, os passeios ao concelho, a Festa da Cerveja, a Feira do Fumeiro, e um conjunto de outras iniciativas que foram promovidas pelo Gabinete de Turismo, que então o Partido Social Democrata ocupava, como ocupou nos três anos anteriores. -----

Nessa altura, no anterior mandato, estas eram iniciativas importantes e que deviam ser apoiadas, e ter um lugar cativo no Orçamento Municipal. Nada lamentávamos relativamente a isso, antes pelo contrário, o dinheiro era pouco e era necessário ter mais e reforçar, de alguma forma, as verbas alocadas ao pelouro do Turismo. -----

Hoje, numa outra posição, remetendo-se à condição de oposição, aliás oposição sem proposta como já foi destacado na intervenção do senhor Presidente, tem uma posição completamente diversa daquela que tinha no passado. Penso que esta é uma daquelas contradições que não ajuda em nada

a que as pessoas vejam a política como uma atividade nobre, ou como algo de importante nas suas vidas. Afinal, basta mudarmos de posição na bancada, para um lado, ou para o outro, consoante estamos no Governo, ou na oposição, para que as nossas posições se alterem em cento e oitenta graus. -- É sobre isto que hoje se tem tratado, nas opiniões que aqui têm sido distendidas, por parte da bancada do Partido Social Democrata. -----

Senhor Vereador André Ventura, dado que me nomeou especificamente, a propósito das questões da Gesloures, quero dizer-lhe o seguinte: a Gesloures era uma empresa, como o senhor Presidente teve ocasião de referir que, quando aqui chegámos, em outubro de dois mil e treze, estava falida. Era uma empresa que estava à beira da dissolução, por via Lei Cinquenta que rege o Setor Empresarial Local, que tem três critérios fundamentais para a dissolução das empresas municipais que não cumpram esses critérios. Infelizmente, a Gesloures, em dois desses casos cumpria os critérios para a respetiva dissolução. A Coligação Democrática Unitária decidiu meter mãos à obra, em articulação com todas as outras bancadas, quer aqui, quer na Assembleia Municipal, e foi possível salvar a empresa nesse primeiro ano da sua existência, com uma transferência extraordinária que lhe permitiu fechar o ano numa situação económica diferente daquela que encontrámos no final de outubro. Portanto, foi apenas a compreensão da importância social que a Gesloures tem, e da importância da mais valia que representa para a população do concelho, por parte de todas as bancadas, inclusive a do Partido Social Democrata, que permitiu à empresa municipal ultrapassar esse cabo das tormentas que eram as contas do final do ano de dois mil e treze. -----

De então para cá, o Conselho de Administração nomeado para a empresa municipal Gesloures, ao qual tive a honra de presidir no mandato passado, e continuo a presidir, procurou fazer um trabalho que foi no sentido de viabilizar esta empresa, e recuperá-la do ponto de vista financeiro, dando-lhe sustentabilidade para o futuro. Desde logo, aumentando a frequência. É bom lembrar, como já foi referido, que a Gesloures aumentou em doze por cento o número de frequentadores das piscinas municipais, que vinha em queda desde o ano de dois mil e nove. Ao longo de todo este mandato, um mandato particularmente difícil, de enormíssima crise financeira onde as pessoas cortaram em muitos aspetos essenciais da sua vida, naturalmente que numa

atividade como esta mais razões tinham, ainda, para cortar. O que é facto é que a empresa conseguiu crescer, do ponto de vista do número de utilizadores. A empresa diminuiu o endividamento bancário no quadriénio de dois mil e treze dois mil e dezassete, em cinquenta e dois por cento daquele que encontramos quando tomámos conta da empresa. A comparticipação pública, a comparticipação que a Câmara deu para a Gesloures, ao longo do quadriénio, foi sendo reduzida progressivamente e, mesmo agora, quando se propõe para o ano de dois e dezoito que ela cresça, e já explicarei porque se propõe que ela cresça, a comparticipação municipal no Orçamento da Gesloures não chega aos trinta por cento, fica nos vinte e nove vírgula vinte e dois por cento. Portanto, muito longe dos cinquenta por cento que a Lei do Setor Empresarial Local prevê, como sendo o máximo possível para a comparticipação municipal. Isto quer dizer que estamos perante uma empresa saudável, relativamente à qual a Câmara Municipal confere uma comparticipação, na perspetiva do serviço social que é prestado à comunidade. Ou seja, a Câmara Municipal, ao fixar um conjunto de objetivos e de obrigações que foram compaginados nas orientações estratégicas, que tivemos oportunidade de discutir na anterior reunião, a Gesloures tem de cumprir, também, essas obrigações. Mas, não é possível cumprir obrigações, sem haver transferência de meios financeiros. ---- Este ano é necessário aumentarmos a comparticipação municipal para a Gesloures, por duas razões fundamentais: a primeira é que a Gesloures, à semelhança daquilo que acontece com a Câmara Municipal, vai ver subir, de forma substancial, os encargos com o seu pessoal e, obviamente, as receitas não acompanham esse crescimento. Que encargos são esses com pessoal? Vai entrar um conjunto de pessoas para a empresa? Não, senhor Vereador. É por via do descongelamento das progressões e promoções que vão abranger uma parte significativa dos trabalhadores da Gesloures, o que vai significar um acréscimo naquilo que é necessário disponibilizar, para se pagar uma obrigação legal, e ainda bem que temos de a pagar. Isso significa que temos trabalhadores que, finalmente, vão ver repostos parte do seu poder de compra, e ter uma vida profissional normal. Isto significa um aumento da massa salarial que a empresa não está, neste momento, em condições de gerar, do ponto de vista das receitas próprias, a não ser que aumentasse os preços. Mas, mesmo assim seria duvidoso, porque uma parte das pessoas, perante um aumento de preços, deixaria de frequentar a empresa. -----

Portanto, não temos como fugir a um acréscimo da despesa com pessoal, e ainda bem que não temos. Mas é necessário que isso seja compensado, de alguma forma, com uma transferência suplementar da Câmara Municipal. Essa é uma das razões porque se propõe um acréscimo da verba a transferir pela Câmara Municipal para a Geslours. -----

A outra razão diz respeito ao seguinte: nesta Câmara, no quadro das Orientações Estratégicas, decidimos que a Geslours, no próximo mandato vai baixar os preços à população do concelho, rentabilizando equipamentos que tanto faz que sejam utilizados por uma pessoa a determinada hora, como por cem, porque o custo se mantém. Portanto, isto significa que, na nossa opinião, devemos procurar fazer um esforço, no sentido de acessibilizar a frequência, porque isso significa baixar os preços para que mais pessoas façam essa opção. Mas, baixar os preços de que maneira? Baixar os preços para crianças, idosos, para os cidadãos que praticam desporto adaptado e para os desempregados que têm um tarifário bonificado. Portanto, estamos a falar de apoio social à população, incentivo à prática desportiva e não quero crer que o Partido Social Democrata seja contra. Eu não quero crer que o Partido Social Democrata seja contra o apoio ao desporto adaptado, contra a diminuição dos preços ao público nas piscinas da Geslours, contra a diminuição dos preços para podemos incentivar camadas mais fragilizadas, do ponto de vista económico e social da população, a frequentar as piscinas e a fazerem desporto. Porque é disso que se trata. -----

Aquilo que apresentámos à Câmara Municipal, na anterior reunião, com as Orientações Estratégicas, que de alguma forma é confirmado no que hoje estamos aqui a discutir, em relação ao Plano de Atividades e Orçamento e ao aumento da participação, está relacionado com isto. Estamos a procurar criar condições para que mais pessoas tenham acesso às piscinas, e possam praticar desporto. -----

Mas, não são só estes dois objetivos, também, nas Orientações Estratégicas, a empresa está comprometida com a obrigação de crescer mais, do ponto de vista do número de utilizadores, de fazer obras de conservação e manutenção, porque são equipamentos com vinte anos e é necessário que sejam realizadas, a bem da qualidade do serviço que ali se presta. É necessário, igualmente, reforçar as equipas técnicas, porque não é possível crescer doze por cento, do ponto de vista da frequência, e dizermos que o número de trabalhadores é

adequado. Porque não é. Se servimos mais pessoas, e prestamos melhor serviço, naturalmente temos de ter mais trabalhadores, o que significa fazer crescer a despesa com pessoal. -----

Portanto, aquilo que aqui se coloca, em relação ao aumento da comparticipação com a Geslours, está relacionado com estas duas razões fundamentais. O acréscimo da despesa com pessoal, e baixar os preços para acessibilizar a prática desportiva à população do concelho, comprometendo-se o Conselho de Administração a cumprir metas que são, objetivamente, fixadas nas Orientações Estratégicas que tivemos ocasião de discutir na anterior reunião, e são um documento público à disposição de todos. -----

Portanto, fazer demagogia com isto, dizendo lá para fora, que se estão a gastar centenas de milhares de euros em nome de nada, é pura demagogia e pura mentira. E isso, seguramente, com o nosso silêncio não acontecerá. -----

Uma outra questão que foi colocada, está relacionada com o seguinte: o senhor Vereador refere que se poupava aqui, e depois arranjavam-se carros para a Polícia de Segurança Pública. Bem, então o Estado, a Administração Central, o Ministério da Administração Interna, o Orçamento Geral de Estado não tem nenhum papel em relação à aquisição de meios para o exercício da função por parte das forças de segurança? Ao nível do pessoal, do material circulante, do equipamento, nomeadamente do armamento e das instalações, a Administração Central não teria nenhuma responsabilidade? Eram as Câmaras Municipais que faziam este apoio? -----

Provavelmente, o que o senhor Vereador pretendia era que o senhor Presidente da Câmara ostentasse uma estrela de xerife e passasse a ser o *"xerife cá do sítio"*. Mas, senhor Vereador, não é assim o ordenamento do Governo da República e a ordem constitucional neste País. De facto, as forças de segurança, responsáveis por garantir a ordem pública e a segurança pública, são a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, entre outras. E para essas é preciso canalizar meios e garantir que, no Orçamento Geral de Estado, se encontram as verbas suficientes. Mas o Partido Social Democrata tem um triste passado relativamente a esta matéria, porque os grandes cortes que houve, relativamente às funções sociais do Estado, foram exercidas durante os Governos do Partido Social Democrata. -----

Neste momento, o que acontece é que continuamos a pagar a fatura, o desinvestimento que o Estado fez, em relação ao pessoal para as forças de

segurança. Há casos em que as esquadras têm um carro para conseguir acorrer a áreas territoriais imensas, e só existe esse porque têm um “*jeitoso*” que desmonta peças de uns carros para outros, são situações que todos nós conhecemos. O senhor Vereador visita as esquadras da Polícia de Segurança Pública, tal como eu visito, e sabe que a realidade é esta. Qual é, então, a grande proposta que o Partido Social Democrata apresenta? Retire-se da cultura e do desporto, que é uma obrigação constitucionalmente acometida às Câmaras Municipais, e cumpra-se aquilo que devia ser a obrigação do Estado, da Administração Central, celebrando protocolos com a Polícia de Segurança Pública. É este o modelo de segurança que, pelos vistos, se pretende para o País. Se houver uma Câmara Municipal que não tenha condições para fazer isto, do ponto de vista económico, paciência, cada cidadão compra uma pistola e desatam aos tiros uns aos outros. Era assim no “*Far West*”, porque é que não é aqui, também? Deve ser este o modelo de segurança que o Partido Social Democrata tem, relativamente a esta matéria. -----

Uma outra questão está relacionada com o seguinte: a senhora Vereadora Sónia Paixão colocou a questão da remodelação do Pavilhão Paz e Amizade e da Praça da República, e pelo facto de existirem verbas para projetos num ano, e a obra ter lugar, ou estar prevista, para dois anos depois. Isto acontece porque há um concurso que é necessário fazer para o projeto de remodelação, depois segue-se o lançamento do concurso para a obra, e depois há o prazo de execução da própria obra. Ou seja, são, de facto, situações que ocorrem num triénio, e não apenas de um ano para o outro. Isto aplica-se tanto no caso da obra da Praça da República, como no caso do Pavilhão Paz e Amizade, porque se trata de intervenções pesadas, com projetos de grande complexidade e que, ainda para mais, são contratados no exterior para os podermos levar a cabo. -----

Senhora Vereadora, relativamente à questão do Movimento Associativo, saúdo esta intenção de reforçar as verbas, ainda bem que pensa assim, porque a governação do Partido Socialista, no passado, não pensou exatamente assim. Nomeadamente, em dois mil e onze, quando suspendeu tudo quanto eram apoios para obras em sedes e outros investimentos no apoio ao Movimento Associativo do concelho. Mudaram de posição, ainda bem, saúdo essa mudança. Mas, é preciso fazer mais do que isso, porque é necessário que o Governo, nomeadamente, as entidades que têm responsabilidades nesta

matéria, o Instituto Português do Desporto e Juventude e o Ministério da Cultura, voltem a reativar linhas de financiamento, em relação a obras em coletividades e outras infraestruturas culturais e desportivas, que também estão suspensas há muitos, muitos anos, não havendo qualquer financiamento para o apoio ao movimento associativo e popular, neste domínio de atividade. Pela nossa parte, damos apoio à atividade, e veremos se é possível crescer alguma coisa no apoio concedido para pequenas obras de conservação e manutenção. É preciso dizer que o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo prevê uma linha de apoios, que vai até dois mil e quinhentos euros, para obras de conservação e manutenção. É pouco, é certo. Mas é muito melhor que aquilo que aqui existia, nomeadamente, desde dois mil e onze, em que tudo havia sido suspenso neste domínio do apoio às obras do Movimento Associativo. ----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO POMBINHO: Senhor Presidente, quero referir duas questões diferentes: a primeira sobre as "*Smart Cities*", e o trabalho que está a ser desenvolvido no Município. -----

Como sabemos, Loures integra a Rede das "*Smart Cities Portuguesa*" e aquilo que estamos a desenvolver é um trabalho de parceria com o CEIIA – Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel, que é quem gere a Rede, para implementação, a curto prazo, de dois projetos piloto com empresas preferencialmente do nosso concelho, no sentido de, através desses projetos, poder aproximar à realidade aquilo que é possível fazer neste âmbito. Portanto, será um projeto piloto na zona norte e outro na zona oriental do nosso território, e, com base nisso, pretendemos desenvolver o nosso trabalho, enquanto "*Smart Cities*". -----

A outra questão é muito importante, e está relacionada com aquilo que pretendemos, e que é, de alguma forma, diferenciadora no nosso conceito "*Smart Cítie*". Para nós, uma "*Smart Cítie*" é uma cidade, ou território, que usa tecnologia para poder gerir melhor os serviços, mas é, fundamentalmente, uma situação de serviço às pessoas. Ou seja, pretendemos, através destes projetos piloto, ter uma melhor qualidade de serviço prestado às populações, e que também permita que através deste projeto as pessoas possam participar, de uma forma mais ativa, na vida do seu território e da sua comunidade. -----

De qualquer forma, mal estes projetos se encontrem em condições de serem implementados, naturalmente a Câmara será informada, para tomar alguma deliberação, se for caso disso. -----

Do ponto de vista fiscal foi tomada uma deliberação, que todos conhecemos pela Assembleia Municipal, na passada semana, e essa é uma questão importante, na nossa opinião, relativamente à dinamização do comércio local, nomeadamente, nas zonas que foram objeto dos projetos de revitalização da primeira fase, relativamente aos centros urbanos. No entanto, há todo um trabalho que se encontra em curso, e que tentarei informar onde é que é possível encontra-lo no Orçamento, porque não há um projeto de dinamização do comércio enquanto tal. -----

Aquilo que estamos a fazer é um trabalho em conjunto, com os comerciantes e as organizações representativas dos seus interesses, a Associação Empresarial de Comércio e Serviços de Loures e Odivelas, e que está relacionado com um conjunto de questões que consideramos da maior importância. -----

Por um lado, a captação de novos investimentos na área do comércio e serviços para todos estes centros. Este é um trabalho da Agência Loures Investe, que não tem tradução no Orçamento, é a nossa atividade normal. Depois, há todo um trabalho de animação que visa criar momentos que sejam atrativos, para trazer mais pessoas para os nossos centros urbanos. É isso que está a acontecer na cidade de Loures com o Festival de Natal, que se encontra no Orçamento na Unidade de Turismo. Existe, também, um plano que se encontra praticamente concluído para intervenção, atividades e eventos, em cada um dos três centros de Loures, Moscavide e Camarate. Para além disto, teremos outros eventos que vão acontecer, em outras áreas e outros territórios. Portanto, a animação é um momento central para a dinamização da atividade comercial. -----

Nesta atividade de animação, a Câmara Municipal está a propor um conjunto de atividades aos comerciantes de execução conjunta, tendo em conta a opinião e a capacidade de participação dos próprios comerciantes e das suas associações, de criar um programa que vise dar resposta, nas melhores condições, às expectativas dos comerciantes. Por exemplo, aquilo que aconteceu em dois mil e dezassete, na feira saloia durante as festas do concelho, que foi uma iniciativa e proposta dos comerciantes da cidade de

Loures, é um evento que queremos reproduzir e replicar, um pouco por todo o concelho. -----

Por último, relativamente aos mercados, consideramos que o mercado de Loures e o de Moscavide não estão em condições de responder, de forma adequada e atual, às necessidades dos consumidores da cidade de Loures e da vila de Moscavide. Portanto, relativamente ao mercado de Loures, encontra-se no Orçamento uma verba para a elaboração de um projeto para um novo mercado, na mesma localização. Quanto a Moscavide, será apresentada a curto prazo, à Câmara Municipal, uma proposta de concurso para um projeto para todo o largo do mercado, que visa encontrar solução para o edifício do mercado e para o estacionamento na vila de Moscavide. Portanto, nesse momento, faremos a discussão desta matéria. -----

A VEREADORA, SENHORA MARIA EUGÉNIA COELHO: Senhor Presidente, gostava que refletíssemos um pouco sobre o que é o nosso concelho, e qual é o nosso papel, nesta casa, e no trabalho do nosso dia a dia. -----

Como sabemos, o concelho de Loures tem duzentos e cinco mil habitantes, situados em diferentes localidades, com características geográficas muito diferentes. Com aldeias, vilas, lugares, lugarejos, aldeias dentro da grande cidade, e de pessoas oriundas das pequenas aldeias do interior, das pequenas aldeias de além mar, de cento e vinte e dois países diferentes. São estes os duzentos e cinco mil habitantes que vivem no concelho de Loures, e é para estes que trabalhamos todos os dias. Todas as obras de que falamos, desde as escolas que é necessário construir, os Centros de Saúde que reivindicamos junto do Governo Central, às questões de segurança e aos carros que precisamos que a Polícia de Segurança Pública tenha, e que não tem, são para servir as pessoas. -----

Este é o nosso primeiro objetivo, servir as pessoas. Os que vivem nos bairros mais luxuosos de Loures, que existem, mas, também, para aqueles que vivem nos bairros municipais que, por vezes, por azares da vida, ali foram colocados. Porque a vida não corre bem a toda a gente. Infelizmente não somos todos ricos, nem todos nascemos ricos. -----

Portanto, num determinado período da história do nosso concelho houve a necessidade de instalar, em bairros e habitações municipais, um conjunto alargado de vizinhos nossos, de concidadãos, que vivem nesses bairros há

algumas décadas. Por motivos vários, as casas foram pouco cuidadas e, em algumas das nossas habitações municipais, as necessidades de obras são uma urgência, e outras já foram recuperadas. -----

Nestes bairros há, mais ou menos, duas mil e setecentas casas em que, sessenta por cento das pessoas, pagam religiosamente as suas rendas. Fazem bem, porque toda a gente tem de pagar a sua renda. Como o senhor Presidente já referiu, temos vindo a trabalhar para fazer com que estas habitações possam ter a dignidade da condição humana e, cada vez mais, exigir o cumprimento dos deveres daqueles que aqui vivem. -----

O senhor Presidente também já referiu que há programas que estamos a desenvolver, no âmbito do Departamento de Coesão Social e Habitação e da Divisão de Habitação, porque esta tem de ser uma intervenção integrada, no sentido de recuperar a dívida da habitação. Mas, o principal objetivo é devolver a dignidade a que têm direito, as pessoas que vivem nos bairros municipais, de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos Humanos. Tenho cinquenta e oito anos, não andei nos seminários, mas, se há coisas que aprendi durante a minha vida, até pelos princípios que os meus pais me transmitiram é que, de facto, aquilo que distingue os homens é a capacidade de respeitarem os outros, independentemente da sua condição. -----

Sou professora e estive na escola trinta e quatro anos, todos os dias. E desenvolvi, há aqui alguns professores que com certeza concordarão comigo, esta capacidade de perceber e de analisar as pessoas e os miúdos, e de respeitar e perceber as suas fragilidades. Portanto, tenho uma grande tolerância para com a condição humana. Mas, também sou muito exigente, e os meus alunos, alguns já são mais velhos do que alguns dos senhores Vereadores, sabem que é assim. Tenho muita tolerância em relação a esta situação, mas tenho muito pouca tolerância com a intolerância em relação ao ser humano. Penso que temos de respeitar as pessoas que vivem no nosso concelho, que nos elegeram e, de facto, quem ganhou foi a Coligação Democrática Unitária. -----

Para a Coligação Democrática Unitária o respeito pelas pessoas, e a intervenção social são primordiais. O respeito e o trabalho que fazemos com as pessoas mais velhas, o respeito e o trabalho que fazemos com os deficientes, com os sem abrigo, com aqueles que vivem nos bairros municipais e que não pagam renda. Eu gostaria de perceber, se puséssemos todas as pessoas que

não pagam renda na rua, o que é que fazíamos? Iam para barracas? E a seguir, chamávamos a comunicação social para dizer que no concelho de Loures há barracas? Ou criávamos uma associação para dar cestos de alimentos àquelas pessoas e íamos com os fotógrafos atrás? É esta a solução? Não. Não é esta a solução. -----

Não há uma solução, há muitas soluções, e temos de conjugar esforços para restituir às pessoas que não tiveram condições para terem um percurso de vida dentro daquilo que é dito como normal, para que possam, de alguma forma, criar capacitação para enfrentarem a vida de outra forma. É assim que estamos a trabalhar. -----

Por exemplo, no bairro da Quinta do Mocho, há lá umas pinturas e uns desenhos nas paredes, que tem um orçamento de oitenta mil euros. É verdade. Bem sei que esta noção de arte não é comum a toda a gente, nem fomos educados para a arte e temos algumas insensibilidades e algum desconhecimento. Confesso que também o tinha. Quando comecei a trabalhar nesta matéria, a Arte Pública eram umas pinturas bonitas, mas das quais percebia pouco. Mas, como também tenho esta ideia de que precisamos de estudar aquilo que não sabemos, hoje percebo que, de facto, esta intervenção da Arte Pública é uma intervenção muito importante, porque tem associado uma intervenção social e uma participação pública profunda. -----

Aquilo que acontece em Loures, geralmente em julho, que concentra de uma forma gratuita mais de cem artistas de todas as partes do mundo, que vêm pelos seus meios deixar a sua marca de arte num concelho, onde a sua marca tem, para além da intervenção artística, a intervenção social, parece-nos muito importante. Tanto é importante que é reconhecido a nível internacional, o facto de Loures, em julho, ser a capital da Arte Pública, e de reunir um conjunto de artista, o que não se faz em mais parte nenhuma do mundo. -----

Continuaremos, senhor Presidente, de acordo com este Orçamento, por esta linha, porque entendemos que é esta que está certa. -----

De facto, há um projeto "*Loures Livre de Rumores*". É um projeto do Conselho da Europa, pago pelo Conselho da Europa porque, muitas vezes, as pessoas por não conhecerem o outro criam estigmas e estereótipos, e devem, de alguma forma, ter formação para que esses estigmas e esses estereótipos possam ser derrubados. Penso que ainda estão disponíveis algumas formações, que disponibilizaremos a quem precisar delas. -----

Quero referir, também, que a nossa intervenção continuará a nível de ações de prevenção para a saúde, para prevenirmos e conseguirmos que todas as nossas crianças, os nossos jovens e os mais idosos possam conhecer os perigos e a forma como devemos orientar a nossa vida, para terem uma vida mais equilibrada no âmbito da saúde. Temos muito orgulho dos planos que apresentamos e se encontram no Orçamento, que referem qual é a intervenção na área da prevenção da saúde, e no desenvolvimento do Plano Local de Saúde, que é uma parceria ampla entre várias entidades e que continuaremos a desenvolver. -----

Continuaremos a trabalhar com as forças de segurança, no sentido da proximidade e de confiança, para um concelho cada vez mais seguro, onde cada vez há menos assaltos e motivos de insegurança. Continuaremos assim, mesmo que, em alguns casos, ainda há pouco tempo estive numa escola a propósito do projeto "*Mobilidade Segura*", que envolve a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e mais de quatro mil alunos, em que os agentes, neste caso da Polícia de Segurança Pública, porque era numa escola de São João da Talha, eram eles que davam formação aos alunos, se tinham deslocado de autocarro. Até lhes disse que se soubesse lhes teria dado boleia. Mas foram, porque, de facto, o seu dever cívico, e o seu sentimento de intervenção cívica é muito grande. Mas isto não se admite. É necessário que, de facto, a Administração Central, para a qual também enviamos os nossos impostos, muna as forças de segurança com as ferramentas necessárias para conseguirem uma proximidade com as populações e, assim, criarmos bairros, cidades, vilas e aldeias mais seguras. -----

Na área da educação quero reforçar o apoio aos agrupamentos num conjunto de projetos, na promoção do sucesso escolar, aumentando e aprofundando a intervenção na ação social. -----

Quero realçar, também, os cursos de educação básica e de adultos, que temos desenvolvido juntamente com os agrupamentos e com o Ministério da Educação, para capacitar um conjunto de população que não teve, durante a sua infância, acesso à escolaridade básica. Há cada vez mais cursos, e temos um número muito alargado de educação para adultos, que são formas de intervenção e de capacitação das pessoas, para que possamos ser tratados por igual, por aqueles que não nos tratam por igual. -----

Continuaremos, também, no sentido de fazer com que as nossas escolas cada vez sejam melhores, haja um maior número de salas de jardim de infância, mais articulação e coordenação com os ótimos projetos que os agrupamentos fazem, mais cursos profissionais que deem competências a façam com que os jovens possam exercer uma profissão no futuro. -----

Na Câmara Municipal, faremos com que os Recursos Humanos sejam adequados a estes e outros objetivos, e penso que é assim que continuaremos. Eu tinha muitos alunos que sabiam a tabuada de cor, papagueavam-na, mas quando era para fazer contas, não as sabiam fazer. Depois, existiam metodologias para lhes ensinar as contas, mas apesar disto, nas escolas, havemos de continuar no bom caminho. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO MARCELINO: Senhor Presidente, não são muitos os momentos que tenho para ter este tipo de sessões, para discutir não só a política do Município, mas, também, para ouvir pequenos comentários que me despertam alguma atenção. -----

Eu próprio fui seminarista, só não corroboro das palavras do senhor Vice-Presidente, porque penso que o senhor Vereador André Ventura daria um bom prior da freguesia, da forma como expõe as suas convicções. -----

Eu gostava de discutir as Opções do Plano e o Orçamento, numa visão muito mais sensível àquilo que, efetivamente, é um Plano, e aquilo que deve afirmar, porque esta não é a nossa opção, já a dissemos, e o senhor Presidente já o afirmou, trata-se de apresentar, quer o Plano, quer o Orçamento, na continuidade. -----

Ora, fazendo a associação com aquilo que o senhor Vereador António Pombinho referiu sobre os territórios inteligentes, eu penso que estes territórios deviam ter começado ontem, e não hoje, e não neste Plano. Portanto, esperávamos encontrar já neste Plano uma dimensão de um território, não gosto da palavra cidade porque não dá uma ideia que, na minha perspetiva, corresponda a um território, mas gostaríamos de ter visto nestas Opções do Plano, mais inovação e mais ousadia, do que aquela que encontrámos. -----

Gostávamos, também, que houvesse um conjunto de propostas que, de certa forma, alicerçassem uma ideia de desenvolvimento do concelho. Concordo que este concelho é muito “sui generis”. Ou seja, é muito diverso, quer territorialmente, quer económica e socialmente. Isto exige um primeiro

pressuposto, na nossa perspetiva, que é definir uma política de coesão do território e de coesão social, no respeito, obviamente, pela diversidade de afirmação das entidades locais, que são diversas e muito vincadas em todo o espaço. -----

No preâmbulo que o senhor Presidente apresentou, é considerada uma visão estratégia global que nós não conseguimos vislumbrar. É também considerado um conjunto de medidas a implementar relativamente a uma estratégia energética e ambiental, uma estratégia de reabilitação de linhas de água, uma visão estratégica de reutilização, um plano estratégico de resíduos, e a revisão do Plano Diretor Municipal com a elaboração de um plano estratégico. Penso que há demasiada estratégia escrita, mas pouca estratégia. Isto é, utiliza-se muitas vezes a palavra estratégia, mas verificamos que há muito pouca estratégia. -----

Para terminar a minha intervenção, quero partilhar algo que o senhor Rudolph Giuliani muitas vezes apregoa. Não é propriamente de uma área política a que sou muito sensível, mas, não deixa de ser uma referência, quando referia, relativamente àquilo que foi a gestão da sua cidade, que talvez a primeira questão a colocar num Município, como era o Município de Nova Iorque, seria a construção de uma visão para a cidade, e de uma visão para o território. Nós tentámos fazer isso no nosso programa e, nesse âmbito, iremos tentar defender o nosso programa. -----

Portanto, senhor Vereador André Ventura, este não é, definitivamente, o nosso Plano de Atividades e não é o nosso Orçamento. Temos uma visão para o território e para as pessoas do território, mas, não podemos deixar de ser responsáveis enquanto autarcas, nem fazemos oposição, por fazer oposição. Por isso, tendo em conta o atual quadro político estamos disponíveis para colaborar. Não colaboramos por ser simpáticos, colaboramos porque estamos convictos que a nossa ideia, se calhar, não é única, e o Executivo da Coligação Democrática Unitária merece ser respeitada. Aliás, as propostas apresentadas são passíveis de crítica e fá-lo-emos quando for necessário. Mas, não podemos deixar de dizer que estamos de acordo, quando estamos de acordo. -

A VEREADORA, SENHORA RITA LEÃO: Senhor Presidente, em primeiro lugar não fui seminarista, nem tenho nenhum conhecimento da causa. No entanto, antes da minha intervenção em nome da Bancada do Partido Socialista, tenho

que dizer algo, porque não gosto de interromper quando estão a falar, por norma gosto de ouvir e depois falar. Mas, tenho de explicar ao senhor Vereador André Ventura que nesta bancada que se encontra à sua frente, não existe nenhum tipo de “*negociata*”. Se me permite, esse termo fica mal no local onde nos encontramos. Portanto, dizer que existe uma “*negociata*”, que estamos de mão dada e aplaudimos, parece que estamos num debate televisivo, e não sendo a minha postura, tenho de lhe dizer que só falta, como fez num debate televisivo, trazer uma caixa com argumentos que vai revelar, e depois, dentro da caixa estavam os seus documentos da faculdade e documentos de estudo. Portanto, penso que não estamos nesse palco. -----

Senhor Vereador é tão baixa esta situação, como a que tem utilizado em algumas das últimas reuniões de Câmara. Inclusivamente, há pouco, e não vou repetir, relativamente ao local onde as pessoas moram, ou trabalham. É tão baixa quanto isso. -----

Quanto à questão em concreto que leva a bancada do Partido Socialista, não a um casamento, mas a uma negociação, como deve ser em qualquer democracia, porque existe um partido que ganhou as eleições, e esse partido tem toda a legitimidade para cumprir e colocar as suas orientações políticas no concelho. Assim, com a estrutura e com a dinâmica desta conjuntura política, ouviu todas as forças partidárias e, sem maioria, teve no seu entendimento um acordo, como possivelmente terá outros no decorrer do mandato, e espero que a bancada do Partido Social Democrata também possa estar de mão dada, em conjunto. Com certeza não vai votar sempre contra. Mas, senhor Vereador, de mãos dadas todos deveríamos estar. É a sua leitura. A minha seria essa e espero que demos todos as mãos em qualquer tipo de negociação. -----

Este compromisso que a bancada do Partido Socialista assumiu nesta discussão de Orçamento, não com pelouros, ou com a aceitação da gestão de empresas municipais, ou com o dizer sim, sim, sim, mas com o compromisso que tivemos para com a população. -----

Portanto, nesta negociação, não concordamos com todas as propostas, porque este não é o programa do Partido Socialista e, certamente, se fosse o Partido Social Democrata este também seria um outro documento. No entanto, este é o documento que estamos a discutir e, assim, teremos de ser práticos e tornar o documento objeto de avaliação e de votação. -----

Assim, uma das questões que a bancada do Partido Socialista gostaria de colocar está relacionada com uma das Opções do Plano, em termos de Juntas de Freguesia. Pelo conhecimento que tenho no que concerne às Juntas de Freguesia, sei que estas são a primeira porta a que a população bate quando tem dificuldades, até por uma questão de proximidade. É muito mais fácil recorrer à Junta de Freguesia e colocar os seus anseios, e depois esta, pelas vias normais e desejáveis, comunica à Câmara, e esta ao Poder Central, e assim sucessivamente. -----

Como já foi referido numa outra reunião de Câmara, não existe nenhum tipo de instinto de paternidade, porque o Poder Central delega competências para a Câmara Municipal, esta por sua vez delega nas Juntas de Freguesia e, por isso, somos todos um só, sem qualquer tipo de sentimento paternalista de quem dá, ou não. -----

Portanto, no que concerne à União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho, nas Opções do Plano que nos foram distribuídas, vou referir somente Sacavém, porque no que respeita à vila do Prior Velho não está previsto qualquer investimento. Assim, a questão que coloco é a seguinte: relativamente aos arranjos exteriores do número cinquenta e três, ou sessenta e sete da rua Domingues José Morais, em Sacavém, penso que está previsto um investimento neste plano de execução, durante três anos, de cerca de um milhão e seiscentos mil euros. O que é que está previsto, exatamente? Já estão identificadas anomalias? sei que já foram realizadas obras pontuais naquele local, que também já foram objeto de discussão em Assembleias de Freguesia. Portanto, qual é a obra que está definida para esta rua? Já foi identificado algum problema a nível da sua sustentabilidade, e já podemos avançar com um projeto de resolução para aquele local? O que é que está identificado? -----

Na mesma medida, ao nível da reabilitação da Quinta de São José, este projeto está dividido em três rubricas, e já foi alvo de discussão em reuniões de Câmara, de Assembleia Municipais, e Assembleias de Freguesia. No verão de dois mil e dezasseis realizou-se uma reunião entre a Câmara Municipal de Loures e a Junta de Freguesia, no sentido de identificar algumas das anomalias, que serão do conhecimento de muitas das pessoas que se encontram aqui, ao nível do muro e da sustentabilidade do edifício da Quinta de São José. Para além do muro e das questões de segurança foram

identificados outros problemas, relativamente às árvores. No entanto, depois dessa data não houve nenhum “*feedback*” dessa mesma reunião, e se foi apresentado algum projeto de solução para a questão em causa. -----

Em dois mil e dezassete, foi novamente questionada a Câmara Municipal de Loures se existia algum “*feedback*” dessa reunião. Por isso, é com muito apreço que a bancada do Partido Socialista vê a reabilitação deste projeto da Quinta de São José. Questiono: este projeto tem a ver com estas reuniões e com estas necessidades já manifestadas? É disto que se está a falar nesta Opção do Plano para esta Freguesia? -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Em relação ao talude da rua Domingues José Morais, não se trata propriamente da rua, mas das traseiras de todos aqueles edifícios. O sistema de drenagem que ali foi instalado quando foi feita aquela construção não foi o adequado, e a Proteção Civil tem vindo a acompanhar este assunto, em conjunto com o Departamento de Obras Municipais, e com a participação do Departamento do Ambiente. Toda aquela questão da encosta está a ser analisada com a ajuda do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e é com eles que se está a preparar um projeto de intervenção para que se instale um sistema de drenagem adequado. Não sabemos exatamente qual o valor, mas a verba está de alguma forma definida. O projeto ainda não está concluído e é prematuro sabermos, exatamente, quanto vai custar, e se vai ser possível fazer esta intervenção. A situação é tecnicamente bastante complexa, e tem estado a ser acompanhada com muita proximidade pelos nossos serviços. -----

Quanto à Quinta de São José o Senhor Vice-Presidente prestará informação. --

O VEREADOR, SENHOR ANDRÉ VENTURA: Senhora Vereadora, agradeço-lhe por seguir o meu programa com muito interesse, é por isso que somos líderes no nosso segmento. Pode continuar porque vai ter bons serões. -----

Senhor Vice-Presidente, fica-lhe muito mal falar de Nacional Socialismo, sabe porquê? Porque desta bancada, e da sua tradição política, não temos uma história que nos mancha. Não me obrigue a falar da sua e da sua história, que o mancha muito, a nível internacional e mundial. O senhor sabe do que estou a falar. Portanto, a próxima vez que falar de Nacional Socialismo vai ouvir-me

falar sobre a Venezuela, de Cuba e de todos os seus amigos que andam por esse mundo fora e espalhar amor, solidariedade e de mãos dadas. -----

Sabe senhor Vice-Presidente, o senhor tem razão. O Partido Social Democrata teve que cortar algumas funções sociais, para reparar erros que o Partido Socialista tinha cometido. Mas, o senhor Vice-Presidente tem uma vantagem sobre alguns dos que se encontram nesta sala, é que tem, ainda, uma memória mais vasta. Portanto, se pode falar de quando o Partido Social Democrata esteve no Governo, ou de quando o Partido Socialista esteve no Governo, nós também nos lembramos, ou sabemos, de quando o Partido Comunista esteve no Governo. Se nós cortámos funções sociais, vocês cortaram liberdade, e esta é bem pior que a outra. Portanto, eu não entraria em comparações históricas. -----

Quero dizer-lhe que esta bancada não admitirá qualquer comparação nem com o Nacional Socialismo, nem com qualquer outro fenómeno histórico, que tem muito mais a ver convosco, que connosco. Portanto, quando voltar a falar disso, cá estaremos para lhe lembrar quem é que votou contra as decisões sobre a Venezuela, quem é que votou a favor das decisões sobre Cuba, quem é que votou contra votos de pesar a empresários portugueses. Cá estaremos para lhe lembrar todas estas situações. Não se faça desentendido, porque sabe bem do que estou a falar, e as pessoas, também. Talvez a Venezuela seja o seu modelo de país, não é o nosso, nem Cuba. Temos outros modelos mais atractivos que, certamente, os seus. -----

Senhora Vereadora, não nos dá lições em matéria de dignidade das pessoas. Pode ter a sua própria experiência histórica, que é uma delas, mas, é apenas uma. Como sabe nesta campanha ouvimos muitas, umas de pessoas mais velhas, outras mais novas, e se quer dar dignidade àquelas pessoas, também tem de haver dignidade de quem lá está e vive os problemas, e de quem disse muitas vezes, alto e bom som, que nós tínhamos razão nos problemas e nas soluções que apresentámos. -----

A sua intervenção ficou clara quando referiu: "*não há uma solução, há várias*". Mas quais senhora Vereadora, quais é que há? É o deixar tudo como está? É fazermos as obras e pagar com o nosso dinheiro? A senhora Vereadora referiu-se à dignidade dos que lá vive. E a dignidade dos que pagam? E os que lá não vivem e pagam os seus impostos, os livros escolares, as idas ao hospital e as estradas que são construídas? Esses não têm dignidade? Os tais bairros

ricos de que falam, parece que é o demónio que ali vive, os ricos, que terrível gente que anda por ali, que andam em carros pretos e grandes. -----

Sabe senhora Vereadora, alguém tem de pagar aquilo, não é o seu dinheiro, nem o meu, ou da bancada do Partido Socialista. Quando nos referimos às obras de revitalização de milhões, não é o meu dinheiro, é o dinheiro dos contribuintes que pagam como a senhora Vereadora, e muitos milhares de outros contribuintes, porque como disse, e bem, estamos a falar de um Município com mais de duzentas mil pessoas. Portanto, se há duzentas e cinco mil pessoas, essas pessoas têm o direito de saber onde é que o seu dinheiro é gasto, e de saber que quem não paga tem de ter consequências por não pagar. Porquê, se assim não for, andamos a brincar com as pessoas neste Município. Dizemos para não se preocuparem que está tudo bem, podem destruir as casas, nós voltamos cá para pagar. Querem o quê? Destruíram a estrada em frente ao prédio? Nós vamos arranjar. Porquê não? Nós somos “*estúpidos*” pagamos tudo o que for para pagar. Não é assim que funciona senhora Vereadora. -----

Deve lembrar-se, também, da dignidade dos que trabalham de sol a sol, de manhã à noite, para pagar as despesas que esta e outras Câmaras Municipais têm, neste País. Nunca nos devemos esquecer disto. -----

Eu ouvi o senhor Vice-Presidente muito atentamente, falar das funções do Estado. Eu sei que ter memória é chato, mas eu tenho memória, e tenho aqui à minha frente um protocolo entre a Câmara Municipal do Seixal e a Polícia de Segurança Pública. Pensei, a Câmara Municipal do Seixal será governada por quem? Alguém tem algum palpite? É porque eu acho que é a Coligação Democrática Unitária. Portanto, das duas uma, ou o que vale em Loures, não vale em outros locais, ou então andam um pouco trocados. Ou seja, um protocolo entre a Câmara Municipal do Seixal e a Polícia de Segurança Pública, para a utilização de um parque de viaturas. -----

Mas há outro entre a Câmara Municipal de Cascais, da qual o senhor Presidente tanto gosta de falar, e a Polícia de Segurança Pública. Sabe sobre quê? Sobre a atribuição de viaturas. Que ilegalidade, que inconstitucionalidade!... Mas estes não são os tais dos impostos, que até subiram o Imposto sobre Rendimentos Singulares que o senhor Presidente citou? Só gosta de Cascais para algumas coisas? É para quê? Para ir à marina, ao casino? Então, temos de ser coerentes. -----

Se fizer uma pesquisa na internet relativamente a: protocolo, Câmara Municipal, PSP, vai encontrar tantos senhor Vice-Presidente, que quase tenho vergonha de lhe ensinar o que é um protocolo entre uma Câmara Municipal e a Polícia de Segurança Pública. Há tantos que podia aprender alguma coisa, em vez de achar que já não tem nada a aprender, nesta matéria. Portanto, podíamos dar um sinal à Polícia de Segurança Pública e à segurança no nosso concelho, nesta matéria. Como disse e bem, há, de facto, um tipo que arranja, e que faz uns bons biscates, mas não é assim que se faz segurança num concelho. -----

Sei que deve ser o Orçamento de Estado que deve tratar desta situação. Mas, e enquanto não tratar, senhor Vice-Presidente? Ficamos sentados? Um dia há uma catástrofe, ou uma tragédia, e depois vai à televisão dizer que era o Governo que tinha de tratar disto? Pois, mas houve bancadas que o alertaram para esse problema. Não se sensibiliza quando vê polícias agredidos em Loures, até ficarem inconscientes em festivais e eventos de verão? Não se sensibiliza com isso? Não se sensibiliza com as queixas da Polícia de Segurança Pública em relação às viaturas? Não se sensibiliza com o facto de, no final de ano, em algumas zonas, serem disparados tiros para o ar, e a polícia não se deslocar a esses locais por causa das consequências? Quer que lhe dê mais casos? Nós temos de dar meios às polícias, e não o fazemos para dizer que o estamos a fazer, é a dignidade de quem paga. -----

Sei que o senhor Presidente pensa que não tem de responder, mas um dia talvez tenha de o fazer, efetivamente. -----

O nosso programa não exige só responsabilidades, é também para apresentar propostas, e quando o fazemos são muito concretas em relação à dignidade dos que pagam, daqueles que sustentam este Orçamento. -----

Quando se referiu à Quinta do Mocho e relativamente à Arte Pública, sabe senhora Vereadora, eu também gosto de arte. Não gosto é que pinturas de paredes sejam mais importantes que livros escolares de crianças, ou que viaturas para a Polícia de Segurança Pública. É disso que eu não gosto. -----

O senhor Presidente referiu-se ao turismo da Quinta do Mocho, e tenho que lhe dizer isto e dar-lhe os parabéns, tenho me deslocado ali frequentemente e, de facto, está extraordinário, quase não se pode entrar com os turistas que por ali andam. É extraordinário. Ainda ontem, quando ali fui, falava-se em todas as

línguas. Extraordinário, parecia a baixa de Lisboa. Portanto, parabéns, estamos, de facto, no bom caminho. -----

Muito concretamente, quando pegámos nesta lista que seguirá hoje, também, para a imprensa, para verem o que é que pensam das festas e festinhas, gostava de questionar se faz sentido um orçamento de duzentos e setenta mil euros para as festas do concelho, e cem mil euros não fazem sentido para a Polícia de Segurança Pública? Não faria sentido que festas com oitenta e cinco mil euros de orçamento, cinquenta mil euros serem para aumentar a segurança no centro de Loures? Não fazia sentido? É porque senão, um dia, podemos estar aqui a fazer a festa da morte do Fidel Castro, e também faz sentido porque estamos todos bem uns com os outros, ou estaremos a fazer a festa do orgulho gay e a dizer que é uma festa importante. Se formos por aí podem existir festas para tudo. Não é assim que se governa um Município, e deixe-me dizer-lhe isto cara a cara, não vou dizer lá fora, vou dizê-lo aqui que é o local próprio para isto, não é com este orçamento que se governa o Município. -----

Tal como o Partido Socialista disse que fez, tivemos oportunidade de apresentar propostas muito concretas, uma das quais, para que se saiba, foi a completa isenção de pagamento de livros escolares até ao terceiro ciclo, através de um cheque livro escolar, que tinha perfeito cabimento no Orçamento. O que é que recebemos? Que essa é uma função do Estado. -----

Depois, falámos do cheque medicamento que não havia em lado nenhum, mas, fomos pesquisar, e existem em algumas Câmaras Municipais. Devem ser Câmaras mais desenvolvidas, ou de outro planeta que não Loures, que ajudam as pessoas a pagar os seus medicamentos. Não, o importante é termos bandeira, é colocar tendas e vender farturas. Isso é que é importante, porque as pessoas não terem direito aos livros escolares até ao nono ano, ou não terem medicamentos pagos quando não têm condições de o fazer, e há muitas neste concelho, não o é. -----

Se a senhora Vereadora e o senhor Vice-Presidente conhecem o concelho, sabem que há muitas pessoas que não conseguem pagar os seus medicamentos. E o que é que a Câmara Municipal lhes diz: a porta não é esta, é São Bento, ou Belém, e recebem mais um abraço. Não é assim que se faz. Este é o pior Orçamento desde mil novecentos e noventa e sete. -----

Senhor Vereador Marcelino, deixe-me dizer-lhe o seguinte: foi seminarista, eu também fui, o que significa compromisso. Agradeço-lhe que me diga que, de

facto, eu daria um bom sacerdote, porque um bom sacerdote mantém-se firme nas suas convicções, aliás, há uma certa ironia em ser o senhor Vice-Presidente, comunista, a falar de sacerdócio, e as desta bancada são estas: este é um mau Orçamento para a cidade. -----

Senhor Vereador, não fazemos oposição por fazer. A nossa posição é para dizer às pessoas que votaram em nós, que estamos a assumir os nossos compromissos. Não estamos a dar com uma mão e a tirar com a outra, não estamos a fazer negócios, ou conluíus de bastidores, para dizer uma coisa e depois fazer outra. Não. Quem votou em nós sabe que é assim. Este é o nosso programa, é aquilo que queremos para o concelho, e achamos que este é o caminho certo, a dignidade daqueles que sustentam este Município. Quando assim não é, o nosso voto é só um. É contra. O vosso vamos ver como é que será. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador André Ventura, o seu afastamento do tema do Orçamento demonstra bem a impreparação para o discutir, mediante o conjunto de factos avulso com que procura fazer o debate deste Orçamento. -----

Há uma grande preocupação com o apoio social ao sucesso educativo, temos demonstrado isso nos últimos anos, e está inscrita uma rubrica no Orçamento para, no próximo ano letivo, continuarmos a trabalhar nesse sentido. -----

Tive oportunidade de confirmar já, através de mensagem, com o senhor Presidente da Câmara do Seixal, que não existe nenhum protocolo para atribuição de carros para a Polícia de Segurança Pública. Há um protocolo para a Polícia de Segurança Pública poder utilizar o parque municipal de recolha de viaturas abandonadas na via pública, que é uma situação um bocadinho diferente. Senhor Vereador André Ventura, não é para aquisição de viaturas, é para ali guardar as viaturas que reboca. Não esteja a deturpar as minhas palavras. Até para si deve haver um mínimo de seriedade. Até para si. Portanto, não existe nenhum protocolo entre a Câmara Municipal do Seixal e a Polícia de Segurança Pública para atribuição de viaturas, ou para manutenção de viaturas. Trata-se de um protocolo para que a Polícia de Segurança Pública possa utilizar o parque municipal de recolha de viaturas, que a Câmara Municipal recolhe, bem como a Polícia de Segurança Pública. Vai-me

desculpar que lhe diga, mas, *“mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo”*. -----

Cascais não tenho dúvida que faça isso, mas o seu argumento era de que existia uma Câmara da Coligação Democrática Unitária que também o fazia e, pelos vistos, não é verdade. O senhor quis dizer que era um protocolo para atribuição de viaturas, não esteja a fazer-nos de parvos, porque o não somos. Não somos parvos. -----

Nesta Câmara Municipal também temos protocolos com a Polícia de Segurança Pública, por exemplo, o Projeto da Mobilidade Segura que a senhora Vereadora já referiu, com a Polícia de Segurança Pública e com a Guarda Nacional Republicana, e estamos sempre disponíveis, bem como estas entidades, que o têm feito com grande empenhamento. -----

O senhor Vereador quer apoiar tudo o que não seja competências da Câmara Municipal, mas não quer apoiar aquilo que são, de facto, da sua competência. Portanto, devemos disponibilizar verbas para comparticipação de medicamentos e em matérias educativas, que são uma competência do Estado, e não devemos apoiar a habitação social, porque são verbas mal gastas e má despesa. -----

O senhor tem uma visão muito pouco digna das pessoas que vivem nos bairros municipais, mas já que foi seminarista, eu não fui, vou ler-lhe um trecho do Levítico, do Antigo Testamento, que diz o seguinte: *“Se alguém do seu povo empobrecer e não conseguir sustentar-se, tão pouco tiver com que te pagar, tu o sustentarás como se ajuda a um estrangeiro, ou hospede, e ele viverá contigo”*. Quer dizer que quando alguém está em dificuldades, a primeira coisa que devemos fazer é ajudá-lo a ultrapassar essas dificuldades. O senhor andou lá pouco tempo, não chegou a aprender essa parte. -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: Se calhar, por ter andado lá pouco tempo, é que o senhor Vereador André Ventura não ficou firme às convicções do sacerdócio. Mas, aqui nesta bancada estamos firmes nas nossas convicções. -----

Mais à frente irei responder a algumas das questões que colocou, mas, primeiro, vou àquilo que estamos aqui há mais de duas horas e meia a debater, e gostava que os dirigentes, e os trabalhadores desta casa, saíssem daqui com

uma real impressão sobre aquilo que são os interesses de quem está sentado nestas bancadas, para o concelho de Loures. -----

A imagem que tenho da conclusão a que irão chegar no final do dia de hoje, é que estamos aqui a responder a um conjunto de ideias, muito pouco sustentadas por alguns daqueles que aqui estão sentados. Efetivamente, o nosso contributo para aquilo a que nos apresentámos a votos, que é a melhoria das condições de vida das nossas populações, e a coerência daquilo que são as atribuições e competências de uma Autarquia Local, que parece que andam um pouco esquecidas. -----

Portanto, tentando trazer, novamente, o debate ao documento que estamos a abordar, quero dizer ao senhor Presidente que, quanto às questões que tive oportunidade de tecer, na minha primeira abordagem, quando me referi à receita e ao aumento de cinco ponto cinco milhões de euros, não precisei, corretamente, que era quanto a impostos diretos, e que estava a fazer uma comparação com os Orçamentos de dois mil e treze dois mil e dezassete. -----

Seguidamente, quero agradecer, quer ao Senhor Vice-Presidente, quer ao senhor Vereador António Pombinho, os esclarecimentos que tiveram oportunidade de dar, quer relativamente à verba inscrita no Orçamento, para a Gesloures, quer, também, quanto à abordagem às "*Smart Cities*". Tenho pena que essa estratégia não esteja refletida no preâmbulo, que é o espaço de apresentação das linhas orientadoras das Opções do Plano. Uma vez que as empresas municipais fazem parte integrante do presente Orçamento, creio que na questão da Gesloures, corroboramos que a tabela de preços tem de ser atualizada em função daquilo que é hoje a conjuntura atual, e admitimos, certamente, que é uma responsabilidade social do Município. -----

Assim, o senhor Vereador André Ventura fica já com a seguinte conclusão, tudo aquilo que tiver como fim último, permitir um maior acesso dos cidadãos de Loures às instalações das piscinas municipais do nosso concelho o iremos subscrever. Sabe porquê? Porque somos os primeiros defensores da melhoria da qualidade das infraestruturas destas piscinas. Foi connosco que uma delas, que era um balão, o senhor não conhecia na altura Loures, mas era assim que era conhecida, hoje em dia é uma piscina com toda a dignidade, as de Santo António dos Cavaleiros e da Portela não existiam, e em Santa Iria de Azóia era praticamente inexistente, apenas existiam as de Vale Figueira. Portanto, para

nós, tudo o que neste domínio possamos fazer, é bem vindo, e agradeço e esclarecimento que foi produzido. -----

Quanto à importância que hoje é dada à Arte Pública, eu gosto de falar da Arte Pública, sabe porquê? Porque o projeto “*O Bairro e o Mundo*”, na Quinta da Fonte foi com muito orgulho iniciado por nós, refletindo a importância de levar aquele bairro ao mundo. Inclusivamente, fomos premiados ao nível de revistas internacionais. Portanto, foi o primeiro eco para aquilo que hoje se tem vindo a desenvolver, e reconhecemos que o projeto tem vindo a traçar o seu caminho de grandiosidade, mas não nos esqueçamos onde é que teve o seu início. Ouvir a senhora Vereadora, neste momento, já subscrever a importância desta estratégia como uma forma de integração social é, para nós, motivo de satisfação. -----

Antes de solicitar ao senhor Presidente da Câmara, como a discussão já vai longa, cinco minutos de intervalo, gostava de dizer ao senhor Vereador André Ventura que por muito que lhe custe, certamente não tem condições para o desmentir, que quem retirou o País do défice excessivo foi o Partido Socialista. Quem apresentou o défice mais baixo de toda a democracia portuguesa, foi o Partido Socialista. Quem apresentou a melhor percentagem de exportações das empresas, foi o Partido Socialista. Quem apresentou a maior baixa da taxa de desemprego desde dois mil e oito, foi o Partido Socialista. Portanto, senhor Vereador André Ventura, o Partido Socialista não está encostado, nem ao Partido Social Democrata, nem à Coligação Democrática Unitária. O Partido Socialista não está encostado, no concelho de Loures, e falo como cabeça de lista à Câmara Municipal de Loures e enquanto líder de bancada, nem aos senhores, nem à Coligação Democrática Unitária. O Partido Socialista está encostado às populações e à defesa dos interesses das populações. -----
Portanto, com esta minha última intervenção, solicito ao senhor Presidente cinco minutos de intervalo. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora, vou dar a palavra ao senhor Vice-Presidente, para responder à senhora Vereadora Rita Leão, depois interrompemos a reunião e, de seguida, passamos à votação. ----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora Rita Leão, de facto, a Quinta de São José é um equipamento municipal que foi recuperado

pelo Município, e está, ao abrigo do contrato interadministrativo, com a gestão delegada na União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho. Portanto, faz parte do chamado Protocolo de Delegação de Competências, que é uma verba que, habitualmente, é descentralizada anualmente para a conservação e manutenção deste equipamento. -----

Nos últimos anos temos vindo a identificar um conjunto patologias no edifício, em particular, mas não só, que carecem de um diagnóstico mais rigoroso e aprofundado. A inscrição de uma verba no Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e dezoito, e dois mil e dezanove, está relacionada com esse diagnóstico, porque é necessário, primeiro, perceber o que se passa. Há um conjunto de fissuras no edifício, e temos de perceber quais são as razões estruturais porque estão a aparecer e, muito provavelmente, será necessário elaborar um projeto para se proceder à intervenção. A primeira fase, relativa ao diagnóstico, será em dois mil e dezoito, o projeto em dois mil e dezanove e, depois, a nossa previsão é que a obra venha a ocorrer em dois mil e vinte. Portanto, é este o ponto de situação relativamente à Quinta de São José. ----- Por último, e para responder ao senhor Vereador André Ventura, quero dizer-lhe que “*daqui*” não leva mais nada para o seu “*peditório*”, e não é por não ter “*trocós*”, é porque acho que o “*dinheiro*” é mal empregue. -----

--- **Eram dezassete horas e vinte e seis minutos, quando a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às dezassete horas e quarenta e oito minutos.** -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Quero clarificar que, em relação à proposta de reforço para os Orçamentos das Juntas de Freguesia, tal como referi anteriormente, trata-se de novecentos mil euros que serão distribuídos proporcionalmente por cada Freguesia, que serão usados em duas vertentes: primeiro, a revisão dos custos das competências atualmente transferidas, onde ela tiver lugar e for acordada, e em segundo lugar, nos contratos interadministrativos para investimento nas Freguesias. -----

Estes contratos terão de ser, naturalmente, dentro das competências da Câmara, esse é que é o fundamento dos contratos interadministrativos, e serão despoletados por proposta da Junta de Freguesia. A intenção da Câmara é que estas verbas, efetivamente, sejam aplicadas. É esse o nosso entendimento e

penso que é isso que beneficia as nossas populações, em todas as dez Freguesias e Uniões de Freguesia. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM AS ABSTENÇÕES DAS SENHORAS VEREADORAS E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, E OS VOTOS CONTRA DA SENHORA VEREADORA E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

----- DECLARAÇÕES DE VOTO -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: As minhas intervenções constituem declaração de voto neste ponto.-----

O VEREADOR, SENHOR ANDRÉ VENTURA: Senhor Presidente, apenas para deixar muito claro, para além daquilo que foi delimitado ao longo da tarde, o Partido Social Democrata vota contra, não por qualquer intenção de inviabilização que seja preponderantemente política, mas porque este é um Orçamento que não serve as populações, não serve o Município de Loures e, sobretudo, não serve o futuro do Município de Loures. -----

Que fique muito claro que o Partido Social Democrata é o único Partido presente nesta reunião que se manteve, efetivamente, coerente até ao fim, como, aliás, acabámos de verificar logo no reinício desta reunião. -----

PONTO DOIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 592/2017- SUBSCRITA PELA SR^a. VEREADORA MARIA EUGÉNIA COELHO, PARA APROVAR A PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVA AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES ----

“Considerando que:-----

- A. *O Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão dos recursos humanos, regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;*-----
- B. *A proposta de Mapa de Pessoal tem em conta as atividades a desenvolver pelas unidades orgânicas previstas e os recursos financeiros disponíveis;*---

- C. De acordo com o artigo 29.º da referida Lei, o Mapa de Pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários à prossecução das atribuições do município, bem como, em anexo, os perfis de competências transversais aos cargos dirigentes e às carreiras gerais;-----
- D. A caracterização dos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal obedece ao disposto no referido artigo; -----
- E. A distribuição dos postos de trabalho, segundo as diferentes modalidades de vinculação, encontra-se expressa da seguinte forma: -----

Vínculo de Emprego Público	Não Ocupados	Ocupados	Total
Designação em Comissão de Serviço	37	8	45
Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado	475	2300	2775
Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo	0	5	5
Total	512	2313	2825

Tenho a honra de propor:-----

Que a Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido nos artigos 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação do Mapa de Pessoal para 2018, em anexo à presente proposta e da qual faz parte integrante. (...)” -----

--- **Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções:** -----

A VEREADORA, SENHORA MARIA EUGÉNIA COELHO: Na presente proposta de Mapa de Pessoal verifica-se um aumento de alguns postos de trabalho, resultantes do incremento da atividade municipal. Este acréscimo permitirá dar resposta às necessidades de reforço dos recursos humanos evidenciados pelos serviços, recorrendo à mobilidade de trabalhadores de outras entidades, às reservas de recrutamento constituídas, e a novos procedimentos concursais. -----

Permite, também, a consolidação das mobilidades e o regresso de alguns trabalhadores em licença de longa duração, tentando vir ao encontro das necessidades dos serviços. -----

Uma análise mais minuciosa permite verificar que está inscrito, também, neste Mapa de Pessoal, o aumento dos efetivos da Polícia Municipal, que permitirá, durante o ano de dois mil e dezoito, iniciar o processo de novos recrutamentos, adequando-o às necessidades e àquilo que temos vindo a conversar nesta reunião. -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: Senhor Presidente, nesta matéria, de facto, vimos com satisfação a inclusão do número de postos de trabalho para o alargamento da Polícia Municipal. -----

Quanto ao Mapa de Pessoal quero apresentar três questões: primeira, este Mapa de Pessoal já acomoda as pessoas que se encontram, neste momento, na Câmara Municipal com contratos de prestação de serviços? Segunda, o concurso de assistentes operacionais para as escolas, que tinha reserva de recrutamento, já findou? Terceira, estas novas admissões para o Departamento de Educação, na ordem de mais cento e trinta e sete é para cumprimento da Portaria recente, ou vamos além do estabelecido na Portaria? -----

A VEREADORA, SENHORA MARIA EUGÉNIA COELHO: Sim, de fato, este Mapa de Pessoal prevê a possibilidade dos trabalhadores, em situação precária, poderem vir a integrar o Quadro de Pessoal. -----

A reserva de recrutamento de assistentes operacionais, ainda tem alguns candidatos que, provavelmente, será necessário também de acordo com o referido Mapa, admitir no quadro. Essa admissão não responde, apenas, à Portaria, que está cumprida, mas ultrapassa os rácios aí previstos. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM AS ABSTENÇÕES DA SENHORA VEREADORA E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

PONTO TRÊS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 593/2017- SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR OS TARIFÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E SERVIÇOS PRESTADOS, A VIGORAR EM 2018, DOS SERVIÇOS

INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR) -----

“Considerando que:-----

- A.** *Pelas deliberações das Câmaras Municipais de Loures e Odivelas, de 24 de setembro de 2014, e deliberações das Assembleias Municipais de Loures e Odivelas, de 30 de setembro de 2014, foi aprovada a criação e o respetivo regulamento dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR); -----*
- B.** *Foram aprovados pela Câmara Municipal de Loures, na sua 80.ª reunião ordinária, de 28 de dezembro de 2016, com as alterações introduzidas na 82.ª reunião ordinária de 8 de fevereiro de 2017 e na 93.ª reunião ordinária de 28 de junho de 2017, os tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais, e de Gestão de Resíduos Urbanos e de Serviços Prestados, para vigorar no ano económico de 2017; -----*
- C.** *Com o atual panorama económico e financeiro das populações residentes nos concelhos de Loures e Odivelas e com o intuito de promover a universalidade do acesso aos serviços públicos essenciais, os SIMAR entendem manter uma maior amplitude no primeiro escalão de consumo da tarifa variável aplicável ao “tarifário social” para utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água e serviço de águas residuais (até 15m³/30 dias), bem como a isenção do pagamento das tarifas fixas destes serviços;-----*
- D.** *É garantido o “tarifário familiar” constituído por escalões, com incremento da sua amplitude de acordo com a dimensão do agregado familiar; -----*
- E.** *No cumprimento do Regulamento do Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e restantes recomendações da Entidade Reguladora, está prevista para os serviços de abastecimento de água, de águas residuais e de resíduos urbanos uma tarifa social para os utilizadores não domésticos, que sejam pessoas coletivas e de declarada utilidade pública;--*
- F.** *Relativamente ao tarifário de “Outros Serviços Prestados”, manter-se-ão inalterados os preços já praticados em 2017; -----*
- G.** *Os tarifários para o serviço de abastecimento de água, serviço de águas residuais e serviço de resíduos urbanos propostos, reflete o aumento médio de 1,4% por aplicação do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor*

(IHPC) para o ano de 2018, nos termos da recomendação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, mediante a utilização das taxas publicadas pelo Banco de Portugal no Boletim Económico de julho, p.p.;-----

H. O Conselho de Administração dos SIMAR, na sua 1.^a reunião extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2017, deliberou submeter à aprovação das Câmaras Municipais de Loures e Odivelas a alteração ao tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais, e de Gestão de Resíduos Urbanos e de Serviços Prestados para 2018, nos termos da sua proposta n.º 404/2007, (...). -----

Tenho a honra de propor: -----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovar a proposta de alteração ao Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Serviço de Águas Residuais e Serviço de Resíduos Urbanos e Serviços Prestados, para vigorar em 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas. (...)” -----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO MARCELINO: Senhor Presidente, a proposta propõe um aumento médio de um vírgula quatro por cento para o Serviço de Águas Residuais, Serviço de Resíduos Urbanos e Serviço de Abastecimento de Água. -----

Os SIMAR, consta da introdução das Opções do Plano, conforma-se com as recomendações da ERSAR. No entanto, mantém uma maior amplitude no primeiro escalão, aliás, decorrente, pelo menos já do ano passado, para utilizadores domésticos, mantém o tarifário social, mas este aumento de 1,4% cifra-se na ordem dos quinhentos mil euros. -----

Para um consumidor, e todos tiveram acesso pela Comunicação Social a um trabalho que a Deco apresentou há algum tempo, com base em dados de junho, em que o concelho de Loures se apresenta como o segundo concelho com maior custo da água, dos concelhos a norte da Área Metropolitana de

Lisboa. Penso que apenas o concelho de Mafra apresenta um custo mais elevado. -----

Em síntese, aquilo que um consumidor paga pelo consumo médio de quinze metros cúbicos de água, rondava os quarenta um vírgula noventa e oito euro, e este acréscimo, de um vírgula quatro, representa um aumento de zero vírgula cinquenta e nove cêntimos, o que nos parece, perfeitamente, satisfatório. -----

No entanto, há um aspeto sobre o qual gostava de chamar a atenção, relacionado com esta verba que é arrecada de quinhentos mil euros, porque parece que não tem efeitos naquilo que consideramos fundamental, a nível do investimento. Chamo a atenção para este aumento, se aplicado universalmente, o que não acontece, vai ter algum reflexo nas famílias, obviamente. Mas, não nos parece ver refletido que este aumento sirva uma situação que, a médio e longo prazo, possa, eventualmente, beneficiar o consumidor, nomeadamente, com a redução no preço da água. -----

Chamo a atenção para o investimento que iremos abordar no ponto seguinte, porque este aumento só terá sentido, na nossa perspetiva, se o acréscimo de receita reverter a favor do investimento, na melhoria da rede de distribuição. Tendo em conta os dados que temos, em que a taxa de percentagem de fugas na rede rondará os quarenta por cento, não deixa de ser preocupante para este Município do século vinte e um. -----

O conceito “*inteligente*”, a que ainda há pouco nos referimos, tem de começar a ser inteligente com aquilo que é mais fundamental, e penso que todos estamos de acordo que a água é um bem essencial que não se pode perder. Um autor, certamente conhecido por todos, Alvin Toffler, há vinte anos dizia que se houvesse uma terceira guerra mundial, ela teria origem na água. Parece-nos que o cidadão e a autarquia do século vinte um, têm de começar a pensar numa intervenção com efeitos a médio e longo prazo. -----

Nesse sentido, pensamos que esta posição vai ao encontro da Moção apresentada na Assembleia Municipal, aprovada por maioria, em que o Partido Socialista defendia a apresentação de um plano estratégico de intervenção e de redução de consumos de água e retomar o desenvolvimento de ações junto dos munícipes e das escolas, particularmente. Deixo uma sugestão à senhora Vereadora, no sentido de que os projetos sócio educativos, em vez de promoverem “*seca mãos*”, pudessem, eventualmente, incentivar a cultura do racionamento e de uma boa gestão da água. -----

Assim, pensamos que, conforme referi anteriormente, não vemos esta mais-valia de quinhentos mil euros refletidos no Orçamento que iremos aprovar num outro ponto. Gostaríamos, pois, que houvesse um direcionamento e uma intencionalidade neste aumento para melhorar a distribuição da rede de águas e o abastecimento de água ao concelho. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: O senhor Vereador coloca questões que são muito pertinentes. -----

A base de atualização do Tarifário é o índice dos preços ao consumidor, é isso que tem sido aplicado nos últimos anos e, nos anos iniciais do mandato anterior, nem essa atualização existiu. Isto é, temos procurado manter ao mesmo nível o custo da água, tendo consciência que ele não é baixo, de facto. A comparação da Deco pode ser discutida e, na realidade, nessa classificação não estamos nos Municípios com o custo da água mais baixo, isso não estaremos. Este esforço é tanto mais valorizável, porque tivemos que acomodar nos SIMAR, nos últimos dois anos, um aumento que, por exemplo, em relação ao custo da água vendida pela EPAL, chega perto dos dez por cento. Aumentaram, também, as taxas de recursos hídricos e outras, cobradas por empresas destes sistemas multimunicipais de tratamento de águas residuais. -----

Portanto, percebendo a questão, aquilo que estamos a fazer é a não transpor para o Tarifário um conjunto de aumentos muito significativos, e de custos de origem deste serviço, que nos foram impostos por legislação do Governo anterior, que o atual não alterou, e nos tem obrigado, progressivamente, a acomodar dentro do funcionamento decorrente do Orçamento dos SIMAR, este crescimento de custos, retirando verbas de outros custos e procurando racionalizar os gastos. -----

Esta situação não se tem traduzido numa diminuição de investimento, que atingiu, neste ano de dois mil e dezassete, o maior nível dos últimos anos de concretização. Naturalmente não estamos satisfeitos com isto, mas temos de manter este equilíbrio entre o não aumentar a fatura da água à população, e alocar o máximo de recursos para o investimento e, a seguir, veremos que há várias questões importantes que estão previstas. -----

Para além disto, estamos obrigados a cumprir um conjunto de diretivas da ERSAR, sob pena de não nos podermos candidatar a fundos comunitários para

a renovação de redes de água, ou para a área dos resíduos urbanos. Algumas delas pouco racionais, para aquilo que é o nosso funcionamento, e para a nossa organização de serviços e organização de Tarifário. Manteremos a contestação à lógica de algumas dessas regras, sendo algumas de peso relativas a receitas e despesas em cada área de serviço nos SIMAR. Ou seja, no serviço de água, águas residuais e resíduos, e criam-nos dificuldades que, também, não permitem uma outra organização do Tarifário. -----

Descontando estas situações, cumprimos as obrigações para nos podermos candidatar a fundos comunitários, e seria muito bom se conseguíssemos alocar algumas verbas por essa via. -----

Esperamos que a reprogramação dos fundos comunitários do “*Programa 2020*”, tal como aprovou este fim de semana a Associação Nacional de Municípios na sua resolução, possa voltar a incluir, porque foi excluída, o ciclo urbano da água como uma matéria financiável. Isso seria muito importante não só para nós, mas, certamente, para outros Municípios. É neste sentido que temos de continuar a trabalhar. Mas, repito que, a seguir, voltaremos a este tema. -----

O investimento, em concreto, aumentou. Mas, não aumentámos o Tarifário, e estamos a acomodar o aumento do fornecimento de serviços e matérias primas, dentro do Orçamento decorrente dos SIMAR, sem passar esse custo para a população, que tem aumentado, bastante, nos últimos dois anos. -----

Sobre as perdas de água, é uma matéria importante e, neste momento, vamos terminar o ano com cerca de trinta e seis, trinta e sete por cento, o que é bastante elevado. Temos um plano que vamos aplicar, agora, de forma mais “*musculada*”, que já está previsto há bastante tempo e é do conhecimento da bancada do Partido Socialista, porque foi distribuído no mandato anterior, bem como os respetivos relatórios, e a nossa ideia é avançar nesse sentido. -----

Uma parte fundamental das perdas de água está relacionada com a água não faturada. Isto é, não são propriamente perdas reais, ou físicas, mas água não faturada e, nesta situação, também temos condições para avançar mais nos próximos tempos, porque estamos a substituir uma série de contadores que se encontravam em submedição. Progressivamente, estamos a colocar contadores em todos os sistemas de rega nos concelhos de Loures e de Odivelas, procurando que se poupe e aproxime o pagamento, não da

estimativa que tem vigorado nos últimos anos, mas do custo real da água consumida. -----

Portanto, há uma série de medidas em curso que vão dar resultados nos próximos tempos, que podiam ter avançado mais rapidamente, mas, as contingências são muitas e não é fácil, por vezes, dar resposta a todas estas matérias. No entanto, pensamos que as soluções estão encontradas, e agora é preciso acelerar a sua concretização. -----

Uma boa parte do que estava nessa Moção que referiu, está em concretização, existe, vai ser aplicado e, certamente, poderemos ter uma discussão sobre isso mais adiante, numa reunião da Câmara Municipal. -----

O VEREADOR, SENHOR ANDRÉ VENTURA: Senhor Presidente, apenas para dar conta de que, efetivamente, devemos ter a noção de que o valor do consumo da água, no caso específico de Loures, tem valores que não nos deviam orgulhar. Aliás, recentemente, foram apresentadas algumas simulações, e Loures, para um consumo de cento e vinte metros cúbicos anuais tem o valor de trezentos e trinta e nove euros ponto dois, para Lisboa o valor é de duzentos e quarenta e três euros ponto quarenta e nove, para a Amadora duzentos e oitenta e três euros ponto vinte e um, e Mafra é o único caso que é superior, com trezentos e noventa e quatro euros. Depois, há um conjunto de outros Municípios como Cascais e Sintra, que têm valores abaixo, embora, muitas vezes, mais próximos. Ou seja, devemos ter a noção que esta é uma questão importante para os nossos munícipes, porque, se compararmos a nível nacional, a estimativa de diferenciação é, mais ou menos, entre quinze a dezanove por cento. Portanto, uma diferença para cima de quinze a dezanove por cento, em relação aos principais Municípios do País. Este é o facto que devemos reter.-----

É curioso como podemos aumentar a despesa para baixar o preço das piscinas, e não o podemos para baixar o preço da água. Não deixa de ser um dado curioso que se possam aumentar os gastos para descer os custos da manutenção, e ingressos em piscinas, e não possamos baixar a água aos nossos munícipes. Deve ser, mais uma vez, alguma questão ideológica de fundo que não conseguimos compreender.-----

Mas, efetivamente, e subscrevendo aquilo que o senhor Vereador António Marcelino referiu, parece-nos importante, até pela questão das perdas de água,

que aparentemente se situarão em trinta e seis, trinta e sete por cento, que haja um plano estratégico efetivo, para que esta questão possa, à data do próximo Orçamento, ter um tratamento diferenciado. Quer em termos do número de perdas ser muito mais baixo que aquele que temos agora, quer em termos da apresentação de custos para os utilizadores, do ponto de vista da utilização da água, também ser muito mais baixo, porque pensamos que é um sinal importante para a qualidade de vida dos munícipes. Estamos em crer que, neste especto, as três bancadas estarão de acordo. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO POMBINHO: Relativamente às tarifas, e àquilo que é suportado pelos consumidores, o estudo da Deco não é exato. Relativamente às pessoas de menores consumos, que se encontram no primeiro, ou no segundo escalão, o valor do Município de Loures é, claramente inferior a Sintra, Torres Vedras, Cascais, etc.. Depois, à medida que se avança nos escalões este valor é variável, porque os tarifários não são construídos da mesma forma. Por exemplo, em Sintra, no primeiro escalão, é de seis vírgula setenta e cinco, em Loures é de cinco vírgula oitenta, e abrange um número significativo. -----

O segundo escalão, que abrange um maior número de consumidores, em Loures e Odivelas é de onze vírgula noventa e cinco, em Cascais é de treze vírgula setenta e um, e em Sintra é de onze sessenta. Neste escalão Sintra está ligeiramente a baixo. -----

Para a população o que interessa é a fatura, é aquilo que as pessoas têm de pagar, porque a maneira como é construído o Tarifário, que leva semanas e os responsáveis dos SIMAR sabem bem o trabalho que dá, isso é relativamente irrelevante. -----

A questão fundamental é que não estamos confortáveis, e muito menos orgulhosos com a situação do Tarifário. Isso é absolutamente verdade, e subscrevemos essa preocupação. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO MARCELINO: Senhor Presidente, apenas para algumas precisões. -----

Este estudo é tão válido como qualquer outro e, certamente, os critérios que foram considerados para Lisboa, Loures e Odivelas, Oeiras e Cascais, são os

mesmos. A validade, em termos comparativos, não deixa de ter o seu significado. -----

O senhor Vereador André Ventura esqueceu-se que o preço da água em Odivelas é exatamente igual a Loures, e que os preços que anunciou são os preços anuais e não os mensais. -----

O reflexo desta situação, efetivamente, é à volta de sessenta cêntimos por família, e pode ser significativo para algumas famílias. -----

Penso que o mais importante no preço da água é que, cada vez que aumenta a água, o contribuinte tem o direito de saber que este aumento da água se vai refletir em algo a médio prazo. Efetivamente, o senhor Presidente referiu que há uma orientação da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, contudo, há Municípios que optaram, claramente, por assumir este ónus. Por exemplo, um Município aqui próximo decidiu assumir este valor e paga a água muito cara, se calhar até mais cara que Loures. Portanto, esta também podia ter sido a opção do Município de Loures. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, é verdade que essa opção existe sempre, mas com a carência de recursos para investimentos, sobretudo na renovação de redes, não queríamos perder nenhuma oportunidade de financiamento, que acresça ao que temos no Orçamento. Portanto, este foi o nosso raciocínio, bem ou mal, na procurando desse equilíbrio. -----

Como o senhor Vereador António Pombinho bem evidenciou, o que acontece é que, dependendo do ponto onde se pega para fazer a comparação, os resultados são diferentes. Com isto não estou a dizer que temos das águas mais baixas da Área Metropolitana Norte, porque isso não é verdade. Mas, provavelmente, na maioria da população, nos escalões mais baixos, não estaremos tão mal classificados como esse estudo evidencia. No entanto, penso que isso é pouco importante e não é por aí que avaliamos esta situação. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM AS ABSTENÇÕES DAS SENHORAS VEREADORAS E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, E OS VOTOS CONTRA DA SENHORA VEREADORA E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

PONTO QUATRO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 594/2017-
SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A
PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL REFERENTE
AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018, DOS SERVIÇOS
INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE
LOURES E ODIVELAS (SIMAR) -----

“Considerando que:-----

A. *O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odívelas (SIMAR), na sua 1ª reunião extraordinária, de 4 de dezembro de 2017, deliberou aprovar os Documentos Previsionais para 2018, (...); -----*

B. *Nos termos legais, torna-se necessário que aqueles documentos sejam, também, objeto de deliberação pelas Câmaras e pelas Assembleias Municipais de Loures e Odívelas; -----*

Tenho a honra de propor que:-----

A Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Loures os Documentos Previsionais de 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odívelas. (...)”-----

--- **Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções:** -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, uma parte da discussão deste documento já a fizemos. Apenas quero finalizar que as nossas prioridades estão bem evidenciadas e são a questão das perdas de água, com um investimento crescentemente importante, em renovação de redes. Este é um aspeto fundamental, procurando assentar os principais investimentos nas áreas onde são detetadas maiores perdas, ou onde há maiores consequências para a população. Neste caso, teremos intervenções fundamentais que já debatemos aqui, e já se encontram em curso os seus projetos e os seus concursos, nomeadamente, em Santo António dos Cavaleiros, em Sacavém e,

em parte, em Loures, para além de outras intervenções mais pequenas e que não têm uma visibilidade tão grande no Orçamento. -----

Teremos a conclusão do processo da telegestão, na zona norte do concelho, que é muito importante para as perdas de água. Ou seja, permite gerir com muito maior parcimónia os fluxos na rede entre depósitos e vários outros elementos da rede, e detetar mais rapidamente perdas de água quando elas ocorrem, porque isso é imediatamente assinalado pelo sistema de telegestão. Portanto, é um instrumento invisível que nos permitirá, mais facilmente, atalhar as questões das redes de água. -----

As perdas de água, em geral, estão também na nossa prioridade, e está relacionada com a água não faturada, que é um aspeto muito importante. Avançámos alguma coisa, por exemplo, na relação com os bombeiros de Loures e de Odivelas, que estão hoje a gerir de forma mais adequada os marcos e pontos de água, que antigamente eram utilizados de uma forma mais livre por outras entidades, e que não beneficia uma maior contenção no uso da água. Há todo um trabalho que está a ser feito com os Departamentos de Ambiente das duas Câmaras Municipais, no sentido de transformar os sistemas de regas, e condicionar o seu uso àquilo que é indispensável para manter as zonas verdes, sem desperdícios, e procurando introduzir uma grande racionalidade no uso deste recurso. -----

Há trabalhos em curso para reativar alguns furos de água locais de obtenção de água não para consumo humano, mas para utilizar em outros fins, tal como as águas residuais tratadas da ETAR de Frielas, em que se está a trabalhar com a empresa Águas do Tejo Atlântico, para que a afinação da água seja passível de ser utilizada em questões como a lavagem de ruas, ou outros usos não de consumo humano, o que permitirá deixar de se usar água da rede, como ainda muitas vezes acontece. -----

Quanto à área dos resíduos, aposta-se na melhoria da recolha seletiva, em que daremos passos importantes nesse sentido, com o aumento dos pontos de recolha, com a melhoria e o acréscimo do equipamento, até porque ela é uma fonte de receita para os SIMAR, para além da questão ambiental. Isso significa, também, algumas centenas de milhares de euros que podem entrar a mais, nos Serviços Intermunicipalizados. -----

Continuaremos a apostar em toda a área da recolha de monos, que é, sem dúvida, uma área onde precisamos de melhorar bastante, apesar dos avanços

obtidos. Em particular, com uma maior colaboração com as Juntas de Freguesia e com todos os serviços da Câmara e dos SIMAR, na sinalização destas questões, e numa resposta mais rápida assente numa estratégia de comunicação com a população mais eficaz, para que consigamos sensibilizar as pessoas para terem uma maior disciplina na deposição destes resíduos, e possam ser recolhidos mais rapidamente. Portanto, há um esforço de sensibilização, mas, também, há necessidade de investimento que nos dê maior capacidade na recolha. -----

Manteremos, também, uma forte atenção às condições de trabalho dos trabalhadores dos SIMAR, que temos vindo a incrementar nos últimos anos, e que são essenciais para podermos deles exigir, em funções muitas delas tão penosas e difíceis, o respetivo contributo com o profissionalismo e a dedicação que a nossa população merece, e os serviços têm vindo a demonstrar. -----

O VEREADOR, SENHOR ANDRÉ VENTURA: Senhor Presidente, apenas para dar conta que esta bancada votará contra esta proposta, por uma razão muito específica. Ou seja, mais uma vez, o senhor faz um exercício mais ou menos morno de avaliação e de prospeção para o futuro, sem explicar em que é que o relacionamento de serviço com o utente vai melhorar. -----

Em relação aos três pontos de assistência não se dá indicação de quais são as melhorias verificadas, tal como em relação aos custos, em que a abordagem foi exatamente a mesma, nem sobre algo que penso que conhece e lhe é caro, que é o sistema de gestão de qualidade e a respetiva avaliação, que devia estar em cima da mesa. -----

Mas, independentemente disto, é uma avaliação morna, e mais uma vez sem grande visão e objetivos estratégicos para o futuro. Simplesmente diz aquilo que todos querem ouvir, mantendo tudo num conjunto de águas mornas, para que todos fiquem satisfeito. Nem sequer fica claro nesta proposta, algo que é muito caro à Coligação Democrática Unitária, que é a tal política de valorização dos trabalhadores. Ou seja, em concreto, que política de formação vai existir, diferenciada dos outros anos, que melhore, efetivamente, estas condições? Não são só condições físicas, é, também, uma questão de formação e de valorização profissional, que todos os anos a Coligação Democrática Unitária propaga e, na verdade, se mantém, exatamente, na mesma. -----

Por tudo isto esta bancada votará contra. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO MARCELINO: Fazendo aqui uma divisão entre as Opções do Plano e o Orçamento, estamos parcialmente de acordo com aquilo que o senhor Presidente referiu. Se bem que aquilo que disse parece que não está totalmente inscrito dessa forma, no documento que nos foi apresentado.-----

Considero que, efetivamente, a medição evoluiu quanto à primeira questão que colocámos relativamente à água e, com este documento, penso que vamos encontrar um melhor caminho, mas já podíamos estar mais avançados relativamente a esta temática. -----

Há um aspeto que o senhor Presidente colocou, e que nos merece alguma reflexão, que é a questão dos contadores, nomeadamente, nas zonas verdes e nos jardins. -----

Hoje já se está a investir muito, não nos contadores normais, mas num contador inteligente. Não sei se o senhor Presidente se estava a referir a este contador inteligente ou se é mais um contador para contar a água que é gasta.

A medição da água em zonas verdes parece-nos fundamental, relativamente à racionalização, quer dos consumos, quer à minimização dos custos que acarretam, com as perdas de água que acontecem. Um outro ponto, o telecontrolo, penso que é a isto que se está a referir e que está relacionado e subjacente a este sistema de telegestão. -----

São já muitos os Municípios que avançam com medidas, no âmbito daquilo que também referimos anteriormente, relativamente às *"Smart Cities"*, e com um conjunto de iniciativas, não só de racionalização no consumo de água, mas, também, na reutilização. Aliás, deixe-me valorizar um aspeto que a Junta de Freguesia de Moscavide tem vindo a fazer, adquirindo água em Beirolas, para depois utilizar na lavagem das ruas. Penso que esta é uma medida que deve ser replicada em muitas das Freguesias do nosso concelho. -----

Há um conjunto de iniciativas que os SIMAR ainda não adotaram e era importante que o fizessem, quer seja com a lavagem das ruas, quer com a lavagem de viaturas. São muitos Municípios que, nesta altura de contingência, tomaram medidas e que convém ter em conta num futuro próximo, independentemente das medidas a longo prazo. É a utilização da água da ETAR para a lavagem das ruas, a redução dos sistemas de rega e a sensibilização à população. Penso que isto se vai, também, refletir no Orçamento, e mais adiante colocaremos algumas questões. -----

O Partido Socialista gostaria de ver nas Opções do Plano dos SIMAR, e na linha das Cidades Inteligentes, a incorporação de um conjunto de medidas que vão além do sistema de telemetria, nomeadamente, nos edifícios públicos. Pensamos que é um avanço e que a própria Autarquia podia dar um bom exemplo, adotando a telemetria em todos os edifícios públicos do concelho. ---- É premente que este “*Território Inteligente*” pense não só nos contadores, a começar pelos edifícios públicos, mas também na gestão inteligente dos resíduos sólidos. Por vezes é caricato aquilo que encontramos. Ainda ontem tirei uma fotografia, porque encontrei contentores num passeio bastante estreito, na zona onde trabalho, onde estavam estacionados automóveis, e os contentores cheios. Tirei uma fotografia porque é uma situação digna de registo. Isto não é correto e os SIMAR, possivelmente, não terão nada a ver com esta situação. Mas, este é um bom exemplo daquilo que não pode acontecer num concelho do século vinte e um. Isto é, um cidadão, mesmo com mobilidade normal, tem que se deslocar para a estrada, porque não pode andar no passeio. -----

Não queremos deixar de referir que a redução de custos, com o tratamento de águas residuais, mediante a redução de caudais que convergem para as ETARS, acarreta, também, uma redução de custos, e não vimos esta situação refletida nas Opções do Plano que nos foram apresentadas. -----

Há um outro aspeto que subsiste no Município, que são as águas pluviais a ser recolhidas conjuntamente com as águas residuais, e contabilizadas à estrada das ETARS, porque isto tem um custo que podia muito bem ser atenuado. -----

Com a implementação da nova tecnologia, as perdas de água podem ser diminuídas, porque permite monitorizar as fugas. Estamos completamente de acordo com isso. Penso que é importante reforçar aquilo que o senhor Vereador António Pombinho referiu, as novas tecnologias são importantes, mas é importante trazer o conhecimento e, por vezes, o conhecimento está arredado da inovação. Já hoje fizemos muitas críticas à falta de inovação no Orçamento, mas também aqui vemos alguma falta de inovação. -----

Algumas questões que gostaríamos de colocar, relativamente ao Orçamento, até porque houve uma evolução significativa em alguns aspetos, está relacionada com “*Outros Trabalhos Especializados*”, porque passámos de um milhão e setecentos mil euros em dois mil e dezassete, para dois milhões trezentos e dez mil euros. -----

Um outro aspeto, que entendemos parcialmente, prende-se com o aumento de cento e sessenta por cento no “*Gabinete de Imagem e Comunicação*”. A que se deve este aumento? -----

Muito sumariamente, há outras duas questões, uma relacionada com “*Alimentação e Géneros*” que não entendemos bem, dado que se trata de um aumento de sessenta e quatro por cento. Porquê? A outra tem a ver com a rubrica “*Outras Despesas Correntes*”, que em dois mil e dezassete estava a zero e, neste momento, tem quatrocentos mil euros. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO POMBINHO: Senhor Presidente, vou começar por me referir às “*Smart Cities*”, ou “*Territórios Inteligentes*”, porque nos projetos piloto do trabalho que estamos a desenvolver, obviamente os SIMAR estão integrados. Ou seja, questões como a gestão da água, como a gestão inteligente dos edifícios públicos, nomeadamente, edifícios públicos municipais que são os que dependem de nós, e as questões como a gestão inteligente da recolha e tratamento de resíduos, estão incluídos. Portanto, neste momento, já estamos no mercado a analisar o conceito e o sistema que mais se adequa à nossa realidade, nomeadamente um conjunto de sensores no equipamento de deposição que nos permitem ter uma noção, ao momento, do estado em que os contentores se encontram, se estão cheios, ou não, e adequar todos os dias os circuitos às necessidades concretas. Esta situação está em curso, ainda não está instalada, mas pensamos estar em condições de o fazer a relativamente curto prazo. -----

Sobre a questão das águas pluviais, esse é um problema que estamos a tratar com a empresa Águas Tejo Atlântico e, do nosso ponto de vista, e do conjunto dos Municípios, há anos que colocamos esta questão, que é as águas pluviais entram nas ETARS e são contadas como água. Todos os Municípios que conheço estão a insistir nisto, e o que se passa é que não tem existido, anteriormente da parte da Simtejo, e agora da empresa Águas Tejo Atlântico, sensibilidade relativamente a esta matéria. Provavelmente dá-lhes jeito, do ponto de vista das receitas, porque não tem havido essa sensibilidade. Admito que também não é assim tão simples medir as águas pluviais que entram nas ETARS, mas esta é uma questão que não adequada, e uma despesa que não devíamos suportar, mas que suportamos. -----

Os contadores que estão para ser instalados são os contadores inteligentes, que permitirão leituras muito mais adequadas e muito mais certas. Em princípio, aquilo que a experiência nos diz é que levarão a um aumento da água contada, e imediatamente e diretamente a uma redução das perdas de água, naquilo que diz respeito à água não faturada. -----

Relativamente às questões que o senhor Vereador António Marcelino colocou, o aumento na rubrica “*Alimentação e Géneros*” é para compras para o refeitório nas Sete Casas, onde os SIMAR têm um refeitório próprio. Portanto, destina-se a compras de alimentos para poderem ser transformados e servidos nos refeitórios. -----

O aumento na área da comunicação deve-se ao seguinte: consideramos que precisamos de trabalhar muito mais a comunicação com os nossos consumidores. Nomeadamente, as questões da poupança de água, tendo em conta a realidade que vivemos, a questão dos resíduos, porque parte dos problemas nesta área estão relacionados com uma atitude menos responsável por parte dos consumidores. Por exemplo, o senhor Presidente referiu que temos um problema com os monos, é absolutamente verdade, mesmo estando a recolher dezanove por cento de monos acima daquilo que estávamos a recolher em dois mil e dezasseis. Aparentemente, isso quereria dizer que não tínhamos problemas, mas não, pelo contrário, há mais monos na rua. -----

Depois, há outro tipo de problema, que são os resíduos ilegais e ilegítimamente colocados, nomeadamente de construção e demolições. Este é um trabalho muito sério e muito profundo que temos de fazer, entre os SIMAR, as Câmaras Municipais de Loures e de Odivelas e os seus serviços de fiscalização, no sentido de sermos muito mais operativos e eficazes, relativamente a esta matéria. -----

Da informação que temos, parte significativa dos resíduos de construção são colocados por pequenos empreiteiros, ou por pessoas, muitos deles nem pertencem aos Municípios de Loures e de Odivelas. Portanto, temos de ter uma fiscalização eficaz que possa intervir, e ser dissuasora deste tipo de atividade ilegítima e ilegal. -----

Por último, relativamente à questão da qualificação dos trabalhadores e das condições de trabalho, estão previstos investimentos significativos, nomeadamente, duzentos e sessenta mil euros em balneários para os trabalhadores dos SIMAR. Um outro investimento muito importante diz respeito

à lavagem de viaturas, nomeadamente, de viaturas pesadas de recolha de resíduos, no valor de trezentos e cinquenta mil euros, que vai permitir melhorar significativamente a nossa prestação, relativamente a esta matéria. -----

Sobre a formação, estamos a elaborar um plano de formação mais ambicioso do que tinha vindo a acontecer, e temos uma prioridade. O senhor Vereador André Ventura terá, ou não, esta informação, mas os Vereadores que estiveram no mandato anterior têm, e que é o seguinte: nós tivemos acidentes muito graves com trabalhadores dos SIMAR no mandato anterior. Portanto, a nossa primeira, segunda e terceira prioridade de formação é a segurança. Temos de ser muito firmes e muito assertivos, no sentido de criar uma cultura de segurança, na generalidade, em todos os trabalhadores e em todos os responsáveis, encarregados e dirigentes dos SIMAR, relativamente a esta matéria. -----

Depois há a formação de carácter mais técnico e mais de acordo com as funções que cada trabalhador desenvolve, mas continuamos a ter como prioridade a questão da segurança, tendo em conta o efeito que ela tem. Se há coisas muito importantes, que são os nossos números e a nossa prestação, muito mais importante que isso é a vida e a saúde dos nossos trabalhadores. -

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, para além do que já foi respondido, a rubrica “*Outros Trabalhos Especializados*”, incluem o tratamento de águas residuais. É aí que está incluída essa matéria e por isso esse acréscimo. -----

A rubrica “*Alimentação e Géneros*”, para além do que já foi dito pelo senhor Vereador António Pombinho, está relacionada com despesa ainda de dois mil e dezassete, que vai passar para dois mil e dezoito, e que tem de ser contemplada neste Orçamento. -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Presidente, relativamente a este documento apraz-me fazer duas, ou três questões, e algumas considerações. -----

Relativamente à telegestão, convém lembrar que, em dois mil em dezasseis, o senhor Vereador António Pombinho também referiu na reunião de vinte e oito de outubro “*para breve será concluída a implementação da telegestão*”. Ou seja, faz um ano. Assim, questiono: em que passo está a conclusão efetiva da

telegestão, porque consideramos, também, que é um instrumento fundamental para podermos ter na medida certa os consumos, e porque pensamos que também é importante, para uma boa gestão da água, termos esses dados. Portanto, em que pé se encontra a implementação da globalidade da telegestão, visto que esta foi uma resposta dada pelo senhor Vereador, em dois mil e dezasseis, e quando li esta resposta presumi que estaria para breve a sua implementação. -----

Numa outra vertente, gostaria de referir aquilo que tem sido, efetivamente, e digo-o sem qualquer tipo de pudor, a gestão dos SIMAR, na parte dos monos. Tem sido uma gestão muito pouco eficaz, para não dizer, ineficiente. De facto, corremos o concelho de um lado ao outro, e aquilo que vemos são deposições atrás de deposições, ilegais e perfeitamente contraproducentes dos lixos existentes. Sejam eles monos, sejam eles restos de obras, porque já fiz o acompanhamento de algumas situações, e o senhor Vereador também já o referiu e com toda a razão, que muitas delas são provenientes de obras de pequenos empreiteiros e pequenas empreitadas, não só do nosso Município, mas, também, de fora do Município. -----

Efetivamente, o que tem acontecido, porque fomos habituados assim, é que haja lugares próprios para deposição de monos, a determinado dia da semana, para serem levantados sem qualquer tipo de problema e sem um transtorno de maior para a utilização da via pública por cada um de nós. Porque, de facto, os monos quando são deixados no local causam algum transtorno, nomeadamente, a pessoas com mobilidade reduzida e à população mais envelhecida. O que acontece, é que tem existido uma muito fraca gestão dessa matéria. -----

Há uns tempos foram dadas algum tipo de soluções, e chamo a atenção do senhor Vereador porque devíamos tentar arranjar outro tipo de parceiros, para tentar debelar esta situação. Muito sinceramente, e da experiência que tenho enquanto autarca, seria importante pensar numa parceria com as Juntas de Freguesia, quer para fazer esse tipo de acompanhamento, quer em termos de competências para o levantamento dos mesmos, criando condições para que isso fosse possível, porque a Freguesia é a primeira entidade onde as pessoas vão reclamar essa situação. Portanto, somos nós, enquanto autarcas, e os autarcas da freguesia, que têm de dar a cara por aquilo que está a acontecer.

De facto, isso tem sido um problema que não é de ontem, nem de hoje. É um problema que é recorrente, e já identificado de há muito tempo. -----

No que concerne a este problema, questiono quais são as medidas que estão planeadas, para se fazer uma efetiva fiscalização deste problema? Bem sabemos que não podemos ter um polícia atrás de cada porta, mas há medidas que estejam a ser implementadas, ou trabalhadas, para podermos ter uma resolução nesse aspeto? Que medidas de fiscalização estão a ser impostas e se já há, efetivamente, alguns dados palpáveis sobre aquilo que podemos vir a aplicar, coimas, multas e penalidades sobre os infratores, e sobre quem tem esse tipo de intervenção. -----

Noutro âmbito, quero focar o seguinte: olhando para o documento, nota-se que existe um desinvestimento de cerca de dezanove por cento na água de abastecimento, quando se refere o investimento de renovação das redes de água e a substituição de condutas. Portanto, gostaria que me explicassem este dado. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Relativamente à questão colocada pelo senhor Vereador António Marcelino, a verba está relacionada com a remissão de pensões por acidente de trabalho, no relacionamento com a Caixa Geral de Aposentações. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO POMBINHO: Sobre os monos referir o seguinte: ponto um, é verdade que não estamos a conseguir ter a situação dos monos completamente controlada. É absolutamente verdade e evidente. Ponto dois, repito que até há cerca de um mês, em período homologado, relativamente a dois mil e dezasseis, recolhemos mais dezanove por cento de monos. O que se passa é que houve um aumento substancial de deposição de monos, e não temos estado em condições de correr a trás do prejuízo. Ou seja, fazemos os circuitos, temos circuitos de apoio para retirar mais monos, mas, de qualquer forma, isso não está a ser suficiente. -----

Sobre os resíduos, a dificuldade é que precisamos de uma articulação que ainda não conseguimos ter, entre os SIMAR, os Departamentos de Ambiente e a fiscalização das Câmaras Municipais, de acordo com o território. Portanto, já tive várias reuniões com os senhores Vereadores das duas Câmaras Municipais relativamente a esta matéria, e temos de encontrar uma solução

imediate e eficaz. Está prevista uma nova reunião, até porque os interlocutores, neste momento, depois das eleições, são diferentes, e encontrar uma solução, porque a questão não é de quem é a responsabilidade, é de como é que retiramos aqueles resíduos da rua. A responsabilidade é um problema nosso, porque, para os municípios, a responsabilidade é sempre do Bernardino Soares e do Hugo Martins. -----

Relativamente às Juntas de Freguesia, durante o mês de janeiro, penso que na primeira quinzena, estamos em condições de realizar uma reunião com os senhores Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia, no sentido de ver como é que nos articulamos. Sendo que já há vários senhores Presidentes que comunicam com os serviços, para o Luís Mariano, ou para mim, alertando para o que se passa. Por exemplo, no sábado troquei mensagens com o senhor Presidente da União de Freguesias de Moscavide e Portela, estivemos permanentemente em contato, para resolver uma dificuldade. Mas, claro que esta não é a solução, porque temos de encontrar mecanismos de resposta. ---- Também é importante referir que estão previstos seiscentos e oitenta mil euros de investimento na compra de novas viaturas pesadas de recolha, e na contratação de trabalhadores, no sentido de podermos ter um reforço da capacidade instalada, para dar resposta a estas questões. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO MARCELINO: Senhor Presidente, a nossa preocupação, e a nossa posição relativamente a esta matéria, traduz-se na importância de um plano eficaz de renovação da rede, que nos parece fundamental. -----

Constatámos, até durante o período de campanha eleitoral, que houve muito alcatroamento, e muita renovação do pavimento das ruas, onde, mais tarde, ou mais cedo, se vieram a verificar facilmente roturas, porque são canalizações antigas e que, se calhar, ao tempo, deviam ser devidamente acauteladas. Esperamos que não venha a acontecer, mas não me surpreenderá muito se, naquelas velhas condutas, amanhã tivermos de retirar o alcatrão e proceder a novo alcatroamento. -----

Gostaríamos que houvesse uma eficácia na recolha dos resíduos, nomeadamente, na recolha seletiva. Acontece, por vezes, que o próprio Município se desacredita. Isto é, dizemos que vamos proceder à recolha seletiva em cada uma das nossas casas, gastamos muito dinheiro investindo

junto das famílias e junto das pessoas para fazerem a separação dos resíduos e, depois, não há capacidade para fazer essa recolha seletiva. É fácil encontrar exemplos. Alguns deles não serão corretos, mas é fácil encontrá-los em todo o lado, dizendo que colocam, por exemplo, o vidro no vidrão, e os senhores da recolha despejam-no no lixo normal. Tudo isto são situações que ocorrem. Eu não vi, mas se tivesse visto, naturalmente, teria documentado a situação com uma fotografia que, eventualmente, teria colocado no “facebook”. Mas estas situações não podem acontecer. -----

Um aspeto que me parece importante prende-se com a comunicação, a comunicação tem de ser eficaz na nossa perspetiva. Não basta enviar, juntamente com a fatura, um documento que muitas vezes menosprezamos, e falo por mim, porque a múltipla informação que se recebe leva-nos, muitas vezes, a não distinguir o fundamental do acessório. Portanto, quando pensarmos em comunicação devemos ser eficazes e começar por dar o exemplo de uma boa prática. -----

A questão da fiscalização, parece-me, também, fundamental. Pessoalmente defendo muito a ótica da prevenção, porque devemos apostar, fundamentalmente, na prevenção. Não podemos esquecer que o sancionatório também faz parte deste processo e, como costumo dizer, por vezes somos apanhados sem cinto de segurança, e não é por isso que deixamos de ser bons condutores. -----

Um último aspeto que não frisámos aqui e que também não se vislumbra nas opções dos SIMAR, é o aproveitamento de água das chuvas. É uma das potencialidades que menosprezamos facilmente e, em alguns momentos do ano, é muita água da chuva que é desaproveitada e que pode muito bem ser potenciada para, nomeadamente, de uma forma supletiva, tal como o senhor Presidente deu o exemplo da água da questão dos poços, poderem dar um contributo para a utilização da água para higienização dos equipamentos. Nenhuma destas questões é considerada, em sede das propostas que hoje foram apresentadas, o que lamentamos. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO POMBINHO: Senhor Vereador, relativamente à recolha seletiva, as viaturas são do mesmo tipo, e não tenho nenhum registo de estarmos a fazer recolha seletiva e, depois, tratá-la como lixo indiferenciado. Não posso garantir que nunca tenha acontecido, mas não

tenho nenhum registo, e não é norma dos SIMAR, de forma nenhuma. Acontece-nos outra situação, mas a população não tem conhecimento, que é as pessoas não terem cuidado e não depositarem os resíduos da recolha seletiva nos contentores adequados, e quando chegam à VALORSUL, esta considera que aqueles resíduos estão contaminados, não os recebe, não os contabiliza e não os paga. Mas isto é uma questão de receita e despesa. No entanto, quero frisar que não há nenhuma nota, e muito menos a orientação, de fazermos a recolha indiferenciada quando há contentores de recolha seletiva. -----

Repito que quem não conhecer muito bem os veículos, porque são muito parecidos, pode fazer confusão. -----

Sobre a comunicação temos previsto falar com os Departamentos da Educação de ambas as Câmaras Municipais, porque temos de ser capazes de fazer várias campanhas de comunicação, sequenciais, de acordo com as prioridades que forem definidas para o público alvo das campanhas. Isso está relacionado, nomeadamente, com os resíduos, mas, também, com as campanhas de poupança de água. Esta questão já acompanhou a última fatura de água dos SIMAR, e precisamos de continuar a trabalhar nessa matéria. -----

Senhor Vereador, sobre as canalizações a questão é a seguinte: em outubro de dois mil e treze, tínhamos zero projetos de investimentos na renovação de rede. Portanto, agora estamos a fazer a renovação programada, porque tínhamos prioridades de acordo com a avaliação que fazemos do estado das redes quatro anos depois, e porque foi possível fazer esses projetos. Assim, está previsto que as prioridades, em dois mil e dezoito são em Loures, Santo António dos Cavaleiros, Sacavém e Camarate. -----

Quanto à telegestão ela está instalada. Ou seja, o investimento que foi feito na área da telegestão já está a produzir efeitos. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM AS ABSTENÇÕES DAS SENHORAS VEREADORAS E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, E OS VOTOS CONTRA DA SENHORA VEREADORA E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

PONTO CINCO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 595/2017- SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVA AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018, DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)

“Considerando que:-----

A. A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, prevê a existência de mapas de pessoal enquanto instrumento de gestão dos Serviços; -----

B. Nos termos do artigo 29.º em anexo ao citado diploma legal, os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução;-----

C. O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 1.ª reunião extraordinária, de 4 de dezembro de 2017, deliberou aprovar a proposta do mapa de pessoal para 2018, de acordo com o estipulado no artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 3.º da Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. -----

Tenho a honra de propor:-----

Que, a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da al. ccc) do número 1 do artigo 33.º, conjugado com a al. o) do n.º 1 do artigo 25.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, para o ano de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração daquela entidade, em 4 de dezembro de 2017. (...)”-----

--- **Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções:** -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: Senhor Presidente, estava à espera de uma apresentação da proposta porque, no ano passado, houve uma nota explicativa referente ao aumento do número de postos de trabalho, previstos no Mapa de Pessoal. Para o ano de dois mil e dezoito estão previstos

setenta e um novos postos de trabalho, não se encontrando refletida no documento qualquer justificação. Assim, questiono se o senhor Presidente, ou algum dos senhores Vereadores, têm algum esclarecimento e prestar. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora, posso pedir-lhe que reformule a questão? -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: Reformulo, o Mapa de Pessoal para dois mil e dezassete dos SIMAR trouxe uma nota explicativa sobre cada um dos postos de trabalho a ocupar nesse ano. O Mapa de Pessoal para dois mil e dezoito prevê um incremento de setenta e um novos postos de trabalho, sem qualquer justificação, pelo que gostaríamos de solicitar essa indicação. ----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora são quarenta e quatro postos de trabalho que serão oportunamente postos a concurso, nove postos de trabalho transitam do Mapa de Pessoal de dois mil e dezassete, cujos procedimentos se encontram a decorrer, e dezoito para eventual consolidação de mobilidades intercarreiras. -----

Quanto às categorias e carreiras trata-se de quinze técnicos superiores, um coordenador técnico, dezoito assistentes técnicos, um encarregado operacional e trinta e seis assistentes operacionais. -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: Senhor Presidente, também acomoda a eventual possibilidade dos contratos de prestação de serviço poderem vir a concorrer? -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora, nos SIMAR penso que só existem contratos de prestação de serviços com advogados. Ou seja, outro tipo de situações efetivamente precárias, não é o caso dos advogados porque têm outros clientes, não existem. Portanto, não se põe essa questão. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM AS ABSTENÇÕES DA SENHORA VEREADORA E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

PONTO SEIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 582/2017- SUBSCRITA PELO SR. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR OS TRABALHOS A MAIS REFERENTES À EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO MURO DE SUPORTE DE TERRAS NA ESTRADA DA TESOUREIRA, EM530-1, BUCELAS" - PROCº 1581-A/DOM -----

"Considerando que:-----

A. A empreitada "Construção de Talude na EM 530-1 a 1060m da intersecção com a EM 115 em Bucelas" foi aprovada a 04.10.2016;-----

B. O contrato data de 12.01.2017 com o nº 8/2017 visado pelo Tribunal de Contas a 11.05.2017;-----

C. Com o decurso dos trabalhos e pese embora o projeto revisto é necessário aprovar a realização de trabalhos a mais de natureza contratual;-----

D. A situação está descrita na informação 874/DIREP/ALF com o registo webdoc E/116343/2017 (...).-----

Tenho a honra de propor:-----

Que a Câmara Municipal, com base na informação contida nos documentos anexos, delibere:-----

1. Aprovar nos termos do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, os trabalhos a mais da empreitada "Construção da Contenção de Talude na E.M. 530-1-Estrada da Tesoureira Bucelas" no valor de 130.129,46€ (cento e trinta mil, cento e vinte e nove euros e quarenta e seis cêntimos) sem IVA (...)"-----

--- **Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções:** -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, esta proposta manteve-se na Ordem do Dia da última reunião, e combinámos que seriam apensos alguns documentos, nomeadamente, um parecer jurídico e uma informação da fiscalização mais contextualizada sobre a questão, que foram previamente distribuídos. -----

O VEREADOR, SENHOR ANDRÉ VENTURA: Senhor Presidente, apenas para dar conta do seguinte. Efetivamente está junto à proposta um parecer técnico e jurídico, que em nosso entender está claro no seu sentido, e naquilo que pretende transmitir. -----

O que, no nosso entender, continua a pesar nesta questão e que é relevante, porque é um valor muito significativo de trabalhos a mais que terão custos muito significativos, é que há um ponto nesse parecer, o ponto nove, em que anteriormente teria sido referido que não há uma definição clara na Lei do que são os trabalhos a mais e assim é, efetivamente, mas diz-se nesse ponto: *“(...) Para a jurisprudência e a doutrina a circunstância tida como imprevista é aquela em que a circunstância é inesperada, que verdadeiramente surpreende, que é inopinada, aquela que o decisor público normal colocada na posição de real decisor não podia nem devia ter previsto, porquanto é necessário que se trate de uma ocorrência superveniente (...)”*. Ora, não nos parece que esta mesma fundamentação que é aqui aplicada tenha materialização nos factos que são descritos. Ou seja, não fica claro, para nós, que esta circunstância não podia, ou não devia ter sido prevista, e a sua superveniência é, apenas, superveniência naturalmente em relação ao início da obra. -----

Em qualquer caso, queríamos destacar este ponto, a fundamentação jurídica faz sentido. A integração dos factos nessa fundamentação jurídica é que, em nosso entender, não está bem feita. Nem fica claro, efetivamente, porque é que estamos a fazer este pagamento, quando nos parece evidente que, em algumas circunstâncias, estamos a falar de erro. Ora, quando estamos a falar de erro, nos termos do Código da Contratação Pública, o erro não deve dar lugar a trabalhos a mais. Portanto, entendemos que esse trabalho não foi feito ou que, pelo menos, devia ter sido parcelarmente distribuído em partes que poderão ter sido erro, e outras que poderão ter sido, efetivamente, trabalhos a mais. -----

Parece-nos um excesso trinta e dois vírgula quatrocentos e cinquenta e um por cento de trabalhos a mais de natureza contratual, e um risco muito grande mesmo em termos de responsabilização, que apenas é minorado por um parecer jurídico que nos parece que não enquadra os factos da melhor maneira, apesar de, juridicamente, em nosso entender, estar bem construído. -

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO MARCELINO: Corroboramos parte daquilo que já foi dito pelo senhor Vereador André Ventura e, efetivamente, o momento crucial da decisão da contratação foi logo após terem apresentado o projeto, independentemente de mais tarde ser revisto, o que o legitima de certa forma. -----

Por outro lado, quem conhece o terreno reconhece, de certa forma, alguma impossibilidade de fazer medições de uma forma totalmente correta. Portanto, penso que a situação tem a ver mais com o texto do parecer técnico, e com todo o respeito pela senhora engenheira Ana Luísa, porque um pequeno desvio no estilo do texto poderia dar uma grande ajuda, e facilmente ajudaria à compreensão. Obviamente, congratulamo-nos com o parecer jurídico muito bem construído, e que vale a pena sublinhar, porque não vejo aqui erro, o que vejo é alguma dificuldade de previsibilidade, que é uma situação ligeiramente diferente de erro. Mas, conhecendo o terreno, conhecendo o contexto, e face à estrutura geomorfológica daquele espaço, certamente ficaria muito mais atenuado e esbateria as dúvidas que o senhor Vereador apresentou. -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, foram distribuídos os dois documentos que, na minha opinião clarificam as questões e as dúvidas que os senhores Vereadores colocaram justamente, e com toda a propriedade, na anterior reunião de Câmara. -----

Quero referir que o parecer da empresa que tem vindo a fazer a fiscalização da obra é claro neste ponto de vista, no ponto quatro, relativo às *“conclusões/recomendações”*, que refere: *“(…) considera-se em condições de serem aprovados os Trabalhos a Mais apresentados, objeto deste parecer (...)”*. Portanto, coloca, sem margem para dúvidas aos donos de obra, neste caso a Câmara Municipal, a aprovação dos trabalhos a mais que considera serem, claramente, justificados na informação técnica. -----

É justo destacar que, tanto num caso, como em outro, são dois documentos que se encontram bem construídos tecnicamente. O Doutor Rui Coutinho é um advogado que trabalha para a Câmara Municipal, e o seu parecer está juridicamente muitíssimo bem fundamentado. Na minha opinião não deixa margem para dúvidas em relação àquilo que recomenda que se possa vir a fazer, ou para esclarecimento das dúvidas colocadas pelos senhores Vereadores. Refere em jeito de conclusão e para que conste e fique registado:

“(…) Assim, nos termos e com os fundamentos que antecedem, os trabalhos adicionais inscritos na Proposta de Deliberação nº. 582/2017, sujeita à Câmara Municipal de Loures, encontram-se bem categorizados ou qualificados enquanto trabalhos a mais na aceção jurídica que emana do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, e modificado, na vertente que ora interessa, pelo Decreto-Lei nº. 149/2012, de 12 de junho (…).” Ou seja, creio que estão perfeitamente clarificadas as questões, justas e oportunas, que foram colocadas na anterior reunião de Câmara, e que a Câmara Municipal tem, querendo, todas as condições para deliberar com segurança jurídica e técnica, aquilo que nos está proposto. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO MARCELINO: Senhor Vice-Presidente, compreendo muito bem o seu argumento, porque as últimas obras que têm sido presentes à reunião de Câmara é *“cada bota sua perdigota”*, porque, efetivamente, tem tido uma série de situações incomodativas. -----
No entanto, há um aspeto que não podemos negar. Eu estaria totalmente de acordo com a segunda parte da sua intervenção, mas a primeira parte mais dúvidas me deixou, porque se refere claramente, na informação técnica de vinte e nove de novembro, que o levantamento topográfico não tinha sido, efetivamente, rigoroso. É sobre o teor deste texto que pensamos que podiam ter sido introduzidas alterações, e aquilo que procurei defender na minha anterior intervenção, é que este não podia ser rigoroso se produzido por quem conhece o espaço onde se está a trabalhar. É neste aspeto que a primeira parte da sua intervenção me deixou, ainda, mais dúvidas. -----

O VEREADOR, SENHOR ANDRÉ VENTURA: Senhor Presidente, subscrevo uma parte daquilo que foi dito, e concordo com o senhor Vice-Presidente de que o parecer jurídico está, de facto, bem construído e é claro nas conclusões. Mas a parte técnica, em conjugação com a parte jurídica não faz sentido, uma vez que não permite subsumir a parte técnica na parte jurídica. -----
Efetivamente, como foi referido, há um momento em que se diz que este levantamento topográfico não foi rigoroso. No entanto, posteriormente, na informação faz-se a seguinte menção *“(…) o projeto foi instruído conforme determinado na Portaria 701-H/2008, mas não obstante a definição da malha*

de sondagens implementada (...)". A única questão é se não faria sentido que a informação técnica fosse, também ela, de alguma forma, revista na própria conclusão jurídica do parecer, para que a fundamentação nos protegesse, enquanto órgão, caso alguma litigiosidade se venha a verificar. É apenas isto. De resto, concordo em absoluto que o parecer é claro, e que as conclusões jurídicas apontam nesse sentido. -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, creio que a questão que agora foi colocada na intervenção do senhor Vereador António Marcelino, e retomada de alguma forma pelo senhor Vereador André Ventura, teve a devida resposta em anterior reunião de Câmara. A engenheira Ana Luísa quando procurou clarificar as questões colocadas pelos senhores Vereadores, teve ocasião de dizer que era impossível fazer o levantamento topográfico em determinadas zonas da intervenção da obra, porque se trata de uma encosta absolutamente escarpada, onde é muito difícil aceder para se conseguir fazer o respetivo levantamento topográfico. Estas respostas constam da gravação da respetiva reunião e, em qualquer momento, poderá ser adicionada para o processo, caso exista qualquer litigância, do ponto de vista judicial. Ou seja, está justificada tecnicamente, por uma técnica da autarquia, a dificuldade que os senhores Vereadores estão aqui a mencionar, como sendo uma dificuldade na decisão. Portanto, penso que existe uma justificação que é razoável, por aquilo que nos foi dado perceber em anterior reunião, e que consta, para qualquer efeito, enquanto elemento de prova, no caso de haver alguma dificuldade futura, relativamente à decisão que hoje temos para tomar. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM AS ABSTENÇÕES DAS SENHORAS VEREADORAS E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, E OS VOTOS CONTRA DA SENHORA VEREADORA E DOS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

----- DECLARAÇÃO DE VOTO -----

A VEREADORA, SENHORA SÓNIA PAIXÃO: Senhor Presidente, a bancada do Partido Socialista absteve-se, no pressuposto do cumprimento de todos os preceitos legais. -----

O VEREADOR, SENHOR ANTÓNIO MARCELINO: Senhor Presidente, congratulo-me porque, brevemente, a população da Tesoureira já poderá utilizar a estrada, uma vez que, até agora, tinha que percorrer o dobro, ou o triplo do percurso. Ficamos contentes por isso. -----

--- Nos termos do artigo quinto do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, todos os documentos referenciados nas propostas e não reproduzidos na Ata dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados, em suporte digital, na plataforma eletrónica “Acesso à Ordem do Dia”, com exceção dos documentos a seguir identificados, que ficam arquivados, em papel, junto às propostas, em pasta anexa ao Livro de Atas: -----

- Proposta n.º 591/2017 – Orçamento de 2018 e Opções do Plano 2018-2021, da Câmara Municipal de Loures; -----

- Proposta n.º 594/2017 – Documentos Previsionais para 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR); -----

--- SEGUIDAMENTE, POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, AO ABRIGO DO ESTATUÍDO NO N.º 3 DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO N.º 4 DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, FORAM APROVADAS EM MINUTA AS PROPOSTAS DELIBERADAS NA PRESENTE REUNIÃO, APÓS PRÉVIA DISTRIBUIÇÃO, EM SUPORTE DIGITAL, A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. -----

--- Eram dezanove horas e dez minutos quando foram encerrados os trabalhos constantes da Ordem do Dia, nos termos que ficam descritos. -----

--- A Reunião foi secretariada pelo Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Administrativa. -----

--- A PRESENTE ATA FOI APROVADA, NA REUNIÃO DE DOIS MIL E DEZOITO, JANEIRO, TRINTA E UM, POR VOTAÇÃO NOMINAL, E POR UNANIMIDADE, TENDO SIDO DISPENSADA A SUA LEITURA, UMA VEZ QUE A MESMA HAVIA SIDO DISTRIBUÍDA PELOS MEMBROS DO EXECUTIVO, COM ANTECEDÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 4.º DO DECRETO-LEI N.º 45 362, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1963. -

O Presidente da Câmara,

O Secretário,